



**CGD PENSÕES**  
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2025**

[www.cgdpensoes.pt](http://www.cgdpensoes.pt)





## INDICE

|   |    |
|---|----|
| 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....  | 3  |
| 2. MERCADOS FINANCEIROS .....   | 6  |
| 3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS .....  | 10 |
| 4. PERSPETIVAS PARA 2025 .....  | 11 |
| 5. GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL .....                                    | 13 |
| 6. ATIVIDADE COMERCIAL .....  | 14 |
| 7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....   | 14 |
| 8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL .....                             | 15 |
| 9. PRINCIPAIS RISCOS .....  | 17 |
| 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....                                       | 18 |
| 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS .....                          | 19 |
| 12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....  | 46 |
| 13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO<br>CONSELHO FISCAL ..... | 51 |



## 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A economia global manteve em 2025 uma trajetória de robustez, suportada por condições financeiras gradualmente menos restritivas, apesar da intensificação de um conjunto de incertezas de diversas ordens. A estabilidade do mercado laboral, com níveis historicamente baixos de desemprego, a recuperação dos salários reais, que gerou suporte ao consumo privado, a redução da inflação, que permitiu aos principais bancos centrais cortar as taxas diretoras, e, ainda, a resiliência das economias emergentes, sustentaram um crescimento mundial, estimado em 3,2%, segundo o mais recente relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em outubro, ligeiramente abaixo dos 3,3% em 2024. De acordo com as estimativas desta instituição, ambos os blocos, emergente e desenvolvido, apresentaram algum abrandamento, sendo mais significativa no segundo caso: de 1,8% para 1,6%, enquanto no primeiro a redução foi de 4,3% para 4,2%. A atividade global foi ainda favorecida pela solidez do comércio internacional, apesar do aumento do protecionismo, com tarifas mais elevadas, e das tensões geopolíticas, que condicionaram as cadeias de abastecimento e as rotas marítimas. No que respeita aos preços, a inflação no consumidor reteve uma trajetória de desaceleração, embora a um ritmo mais gradual do que no ano anterior, devido à persistência de contributos ainda elevados do aumento dos preços dos serviços. A diminuição da inflação e a expectativa de convergência para as respetivas metas de política monetária permitiu aos principais bancos centrais prosseguir o ciclo de cortes das taxas encetado em 2024, ainda que, no final do ano, a orientação da política monetária permanecesse restritiva em diversas regiões.

### Indicadores Económicos

Valores em %

|                               | PIB real   |            | Inflação   |            | Taxa de desemprego |            |
|-------------------------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|
|                               | 2024       | 2025       | 2024       | 2025       | 2024               | 2025       |
| <b>Global</b>                 | <b>3.3</b> | <b>3.2</b> | n.d.       | n.d.       | n.d.               | n.d.       |
| <b>EUA</b>                    | <b>2.8</b> | <b>2.0</b> | <b>3.0</b> | <b>2.7</b> | <b>4.0</b>         | <b>4.2</b> |
| União Europeia <sup>(a)</sup> | 1.1        | 1.4        | 2.6        | 2.5        | 5.9                | 5.9        |
| <b>Área Euro</b>              | <b>0.9</b> | <b>1.3</b> | <b>2.4</b> | <b>2.1</b> | <b>6.3</b>         | <b>6.3</b> |
| Alemanha                      | -0.5       | 0.2        | 2.5        | 2.3        | 3.4                | 3.5        |
| França                        | 1.2        | 0.7        | 2.5        | 1.0        | 7.4                | 7.6        |
| Espanha                       | 3.5        | 2.9        | 2.9        | 2.6        | 11.4               | 10.4       |
| Itália                        | 0.7        | 0.4        | 1.1        | 1.7        | 6.5                | 6.2        |
| <b>Reino Unido</b>            | <b>1.1</b> | <b>1.3</b> | <b>2.5</b> | <b>3.4</b> | <b>4.3</b>         | <b>4.7</b> |
| <b>Japão</b>                  | <b>0.1</b> | <b>1.1</b> | <b>2.7</b> | <b>3.3</b> | <b>2.6</b>         | <b>2.6</b> |
| <b>Rússia</b>                 | <b>4.3</b> | <b>0.6</b> | <b>8.4</b> | <b>9.0</b> | <b>2.5</b>         | <b>2.4</b> |
| <b>China</b>                  | <b>5.0</b> | <b>4.8</b> | <b>0.2</b> | <b>0.0</b> | <b>5.1</b>         | <b>5.1</b> |
| <b>Índia</b>                  | <b>4.6</b> | <b>2.8</b> | <b>5.4</b> | <b>4.4</b> | <b>4.9</b>         | <b>4.9</b> |
| <b>Brasil</b>                 | <b>3.4</b> | <b>2.4</b> | <b>4.4</b> | <b>5.2</b> | <b>6.9</b>         | <b>7.1</b> |

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2025; Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2025.

A economia norte-americana voltou a assumir um papel determinante para o crescimento global em 2025, isto apesar de, segundo a estimativa do FMI, ter registado uma expansão de 2,0%, inferior aos 2,8% observados em 2024. Esta evolução foi sustentada pelo consumo privado, impulsionado pela recuperação das remunerações reais, e pelo investimento empresarial, sobretudo em setores ligados à tecnologia, com



incidência na Inteligência Artificial (IA) e na transição energética. Apesar da manutenção de condições financeiras restritivas durante grande parte do ano, os consumidores continuaram a recorrer ao crédito para sustentar os padrões de consumo, embora o nível de sentimento tenha diminuído devido ao abrandamento do mercado de trabalho. Em termos concretos, foram criados menos de 700 mil postos de trabalho, após a criação de dois milhões no ano anterior, mas suficientes para elevar o número total de empregos para um novo máximo histórico, próximo de 160 milhões. A taxa de desemprego manteve-se em níveis relativamente baixos, apesar de ter sido em média cerca de 4,2%, o valor mais elevado desde 2021. No que respeita aos preços, a tendência de desinflação, iniciada em 2022, prolongou-se, embora com alguma variabilidade, devido à persistência de pressões nos serviços e nos custos habitacionais. A inflação homóloga, que havia encerrado 2024 em 2,9%, atingiu no segundo trimestre o valor mais baixo desde 2021, de 2,3%, acelerando posteriormente para um valor próximo de 3,0%, afastando-se, de novo, da meta de médio prazo da Reserva Federal (Fed). Apesar disso, após ter mantido a taxa dos fed funds em valores relativamente elevados durante boa parte do ano, a Fed reiniciou, em setembro, o ciclo de flexibilização, acabando por decretar cortes que totalizaram uma diminuição destas referências em 75 pontos base (p.b.), o que reduziu o limite superior da taxa para 3,75%, o nível mais baixo desde o final de 2022. Este ajustamento refletiu sinais de fraqueza do mercado de trabalho.

### Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

|                                | União Europeia |            | Área Euro  |            |
|--------------------------------|----------------|------------|------------|------------|
|                                | 2024           | 2025       | 2024       | 2025       |
| <b>PIB real</b>                | <b>1.1</b>     | <b>1.4</b> | <b>0.9</b> | <b>1.3</b> |
| Consumo privado                | 1.5            | 1.5        | 1.3        | 1.3        |
| Consumo público                | 2.4            | 1.8        | 2.3        | 1.8        |
| Formação Bruta de Capital Fixo | -1.9           | 2.0        | -2.0       | 2.2        |
| Exportações                    | 0.8            | 1.9        | 0.6        | 1.5        |
| Importações                    | 0.4            | 3.0        | 0.0        | 2.9        |
| Inflação                       | 2.6            | 2.5        | 2.4        | 2.1        |
| Taxa de desemprego (em %)      | 5.9            | 5.9        | 6.3        | 6.3        |
| Saldo orçamental (em % do PIB) | -3.1           | -3.3       | -3.1       | -3.2       |

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2025.

A Área Euro, não obstante a aceleração registada em 2025, voltou a mostrar um ritmo de crescimento moderado. Segundo as projeções do outono da Comissão Europeia, conhecidas em novembro, o PIB da região deverá ter avançado 1,3%, acelerando face aos 0,9% registados em 2024, continuando condicionado por fatores estruturais. Na primeira metade do ano, o contributo positivo adveio sobretudo das exportações líquidas, num cenário em que os principais parceiros comerciais da região sustiveram desempenhos sólidos, enquanto a procura interna permaneceu frágil, prolongando a tendência de contenção iniciada no segundo semestre do ano anterior. No período, com a taxa de desemprego a situar-se próxima de mínimos históricos (6,3% perto do final do ano), com os salários reais a crescerem e com a melhoria das condições financeiras, apesar da incerteza quanto a choques externos, as famílias reforçaram o consumo, ainda que se tenha assistido a um novo aumento da poupança. O investimento, por sua vez, apresentou um contributo marginalmente positivo na maioria dos Estados-membros, refletindo desafios persistentes de competitividade em setores industriais mais relacionados com a procura do exterior.

No que respeita aos preços, a inflação homóloga medida pelo índice harmonizado de preços ao consumidor manteve uma trajetória descendente, passando de 2,4% no final de 2024 para 2,0% em



dezembro de 2025, atingindo a meta de médio prazo definida do Banco Central Europeu (BCE). Em linha com esta envolvência, e visando apoiar a atividade económica, o BCE prolongou o ciclo de redução das taxas iniciado em meados de 2024, decretando cortes adicionais de 100 p.b. durante o primeiro semestre do ano, o que reduziu a taxa de juro da facilidade de depósito para 2,00%, o nível mais baixo desde o início de 2023.

### Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

|                                | 2023       | 2024       | 2025       |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| <b>PIB real</b>                | <b>3.1</b> | <b>2.1</b> | <b>2.0</b> |
| Consumo privado                | 2.4        | 3.0        | 3.6        |
| Consumo público                | 1.8        | 1.5        | 1.6        |
| Formação Bruta de Capital Fixo | 6.0        | 4.2        | 4.0        |
| Exportações                    | 4.3        | 3.1        | 1.1        |
| Importações                    | 2.3        | 4.8        | 5.3        |
| Inflação                       | 5.3        | 2.7        | 2.2        |
| Taxa de desemprego (em %)      | 6.5        | 6.4        | 6.2        |
| Saldo orçamental (em % do PIB) | 1.3        | 0.5        | 0.0        |
| Dívida Pública (em % do PIB)   | 111.2      | 93.6       | 88.2       |

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2025; CE European Economic Forecast, novembro 2025

A economia portuguesa manteve em 2025 uma tendência de crescimento robusto, refletindo um contexto de maior dinamismo do consumo privado e da procura externa, apoiada por números recorde na atividade turística. Conforme o Boletim Económico de dezembro de 2025, o Banco de Portugal estima que o incremento do PIB tenha sido de 2,0%, após 2,1% em 2024. Este desempenho foi suportado pelo contributo positivo do consumo privado, que cresceu 3,6%, beneficiando da robustez do mercado de trabalho e da manutenção do crescimento dos salários reais. O investimento fixo apresentou novamente uma evolução favorável, apesar do ligeiro arrefecimento comparativamente ao ano anterior, enquanto a do consumo público foi mais contida. Em termos médios anuais, a taxa de desemprego deverá ter-se situado em 6,2%, ligeiramente abaixo dos 6,4% registados nos doze meses anteriores, espelhando a criação líquida de emprego e uma resiliência do mercado laboral. A política orçamental preservou uma orientação expansionista, favorecendo a atividade económica, enquanto o contributo negativo da procura externa derivou de um ritmo de expansão elevado das importações devido à aceleração da procura interna. No que respeita aos preços, a inflação medida pelo índice harmonizado europeu registou uma desaceleração significativa, passando de 3,1% em dezembro de 2024 para 2,4% no final de 2025, aproximando-se do objetivo de 2% definido pelo BCE. Esta evolução refletiu a dissipação dos efeitos de base associados à energia e a normalização gradual dos preços nos bens alimentares e nos serviços.

No que respeita às economias emergentes e em desenvolvimento, estas mantiveram-se como o principal motor do crescimento global, apesar de sinais de moderação. O comportamento positivo foi favorecido por um conjunto de fatores estruturais e conjunturais. Entre os principais, destacam-se a robustez da procura interna, impulsionada pelo crescimento dos salários reais e pela expansão do crédito ao consumo, bem como a recuperação do investimento privado, apoiada por políticas fiscais e monetárias mais acomodáticas em várias regiões. A resiliência do setor exportador, beneficiando da diversificação de mercados e da procura por matérias-primas, também contribuiu para mitigar os impactos da perda de impulso global. Adicionalmente, a estabilização dos preços das matérias-primas e a redução gradual das taxas de juro em grande parte dos países emergentes reforçaram o tom favorável das condições financeiras, enquanto a digitalização e os investimentos em infraestrutura continuaram a atuar como



motores de expansão. Estes elementos, aliados à dinâmica demográfica favorável e à integração comercial regional, permitiram que o bloco emergente mantivesse um papel central na economia mundial. A economia da Índia voltou a destacar-se, com um crescimento estimado em 6,6%, também segundo o FMI, superior aos 6,5% do ano anterior, enquanto a China deverá ter crescido 4,8%, ligeiramente abaixo da meta governamental de 5,0%, fixada ainda no mês de março, apesar das medidas de estímulo implementadas, incluindo reforço da política monetária, apoio ao setor imobiliário e incentivos ao consumo. Na América Latina, o ritmo de crescimento continuou contido, penalizado pelo México, enquanto o Brasil deverá ter registado um crescimento próximo de 2,4%, um ponto percentual inferior ao observado em 2024. Na Europa de Leste, após ter surpreendido no ano prévio, a economia moderou substancialmente, para um crescimento inferior a um ponto percentual, afetada por restrições externas e tensões comerciais. A inflação continuou a desacelerar na maioria das economias emergentes, permitindo aos bancos centrais estender os ciclos de redução das taxas diretas, sendo a exceção mais notória o Brasil, onde a autoridade monetária prolongou a política de agravamento das taxas até ao final do primeiro semestre.

O panorama geopolítico voltou a ser marcado por reconfigurações diplomáticas, risco económico elevado (tarifas, fragmentação e incerteza regulatória) e choques regionais com efeitos de contágio sobre as cadeias de valor, nas rotas marítimas e nas decisões de investimento. Relatórios da Organização Mundial do Comércio e da divisão de comércio internacional das Nações Unidas (UNCTAD) apontaram para um ambiente de comércio mais incerto, condicionado por tarifas “recíprocas” e pelo *front-loading* de importações/exportações em algumas jurisdições; tudo isto sob forte influência das tensões geopolíticas e da corrida das principais potências pela supremacia tecnológica, sobretudo em semicondutores e inteligência artificial (IA). No Médio Oriente, o dossiê Gaza dominou a agenda regional, com cessar-fogos e propostas de planos faseados de paz envolvendo mediação dos EUA, Egito, Qatar e Turquia - processos ainda frágeis devido à escala humanitária e ao contexto político doméstico em Israel e nos territórios palestinos. No Extremo Oriente, a rivalidade EUA - China e os pontos de disputa marítima com outros países, caso das Filipinas e de Taiwan, intensificaram-se. No final do ano, a China realizou os maiores exercícios militares desde 2022 em torno de Taiwan, simulando bloqueio de portos e ataques multidimensionais, com resposta a um aumento do apoio militar ao território por parte dos EUA. Paralelamente, seguiram-se incidentes no Mar do Sul da China envolvendo a guarda costeira chinesa e embarcações filipinas. Estes fatores cruzaram-se com a forte expansão de comércio ligado à IA e com o *front-loading* de encomendas, elevando a sensibilidade das cadeias globais a disrupções regionais. No Leste da Europa, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia consolidou-se como uma guerra de atrição ao longo de uma frente de sensivelmente 1.000 km, com progressos táticos limitados e custos humanos muito elevados. Os fluxos de ajuda ocidental flutuaram, levando os responsáveis ucranianos a reforçar a utilização de UAVs (*drones*), guerra eletrónica e produção doméstica de munições/*drones* de longo alcance. Simultaneamente, os processos diplomáticos e discussões acerca de planos de “congelamento” da linha da frente e garantias de segurança prosseguiram, sem desenvolvimentos reais aplicados. De facto, os relatórios de situação apontaram para a escalada do conflito em regiões como o Donetsk e avanços pontuais russos. O bloco latino-americano conheceu também tensões comerciais e reconfigurações: o acordo UE–Mercosul deu passos legais relevantes em 2025, mas enfrentou adiamentos e oposição de Estados-membros, postergando a assinatura e a sua ratificação. Paralelamente, os EUA aceleraram acordos-quadro com países da região, procurando conter a influência chinesa e diversificar cadeias (minerais críticos, infraestruturas).

## 2. MERCADOS FINANCEIROS

Em 2025, os mercados financeiros registaram um desempenho transversalmente positivo apesar do contexto de aumento da incerteza acerca das políticas económicas, mais vincado nos quatro meses iniciais do ano. Nessa fase, as preocupações quanto ao impacto adverso da imposição de tarifas sobre as importações pelos EUA, em concreto os seus potenciais efeitos no comércio e na economia globais, conduziram ao aumento significativo da aversão ao risco e da volatilidade nos mercados. A partir de



meados de abril, contudo, a diminuição aparente da agressividade da posição norte-americana nas negociações comerciais internacionais e a crescente expectativa de possíveis descidas das taxas de juro de referência, em particular pela Reserva Federal, impulsionou a valorização dos principais mercados acionistas, tendo vários alcançado máximos, e de obrigações de dívida pública e corporativa. Nesta envolvência, a maior imprevisibilidade quanto à condução da política económica nos EUA, a par da postura progressivamente menos restritiva da autoridade monetária e dos crescentes receios em torno da sua independência, resultou na depreciação do dólar em relação à maioria das restantes moedas.

No **Mercado Monetário**, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma descida significativa, prolongando o movimento observado no ano anterior e acompanhando as decisões de redução das taxas de referência dos respetivos bancos centrais.

Em específico, a Sofr, o indexante para operações em dólares, registou um decréscimo de 65 pontos base (p.b.), para 3,65%, no prazo de 3 meses, de 68 p.b., para 3,57%, no de 6 meses e de 76 p.b., para 3,42%, a 12 meses. De forma similar, a taxa Euribor, o indexante para aplicações em euros, diminuiu, tendo variado -69 p.b., para 2,03%, na maturidade de 3 meses, -46 p.b., para 2,11%, na de 6 meses e de -22 p.b., para 2,24%, a 12 meses, fixando-se, assim, ligeiramente acima de 2%, o nível da taxa da facilidade de depósito. No caso da Área Euro, o movimento de descida ocorreu essencialmente na primeira metade do ano, observando-se no segundo semestre uma relativa estabilização das referidas taxas, na medida em que a retórica do Banco Central Europeu foi consolidando a expectativa de que o nível dos juros diretores é o adequado à avaliação do enquadramento macroeconómico da região e dos riscos que se lhe colocam.

No que se refere ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, a performance dos índices de referência para os EUA e para a Área Euro foi positiva, e numa magnitude consideravelmente mais expressiva no primeiro caso, resultando na descida significativa das taxas implícitas nos respetivos títulos. O aumento de riscos negativos e da incerteza no que respeita à atividade económica e ao emprego nos EUA, conjuntamente com a evolução da inflação mais benigna que o esperado, favoreceu a valorização da dívida pública norte-americana. Desta forma, nos títulos com maturidade residual a 10 anos a yield regressou para próximo de 4%, enquanto no prazo a 2 anos recuou para cerca de 3,5%, espelhando a expectativa de novas descidas da taxa de juro diretora pela Reserva Federal. Na Área Euro, a dívida pública apresentou uma valorização ligeira, ainda que condicionada pelo desempenho negativo das emissões germânicas, em especial nos prazos mais longos da curva de rendimentos, penalizados pela expectativa de uma política orçamental tendencialmente mais expansionista e de maiores necessidades de financiamento associadas ao acréscimo projetado das despesas em defesa, segurança e infraestruturas. No entanto, o compósito para a Área Euro beneficiou do melhor desempenho dos títulos de outros emitentes, tais como Itália e Espanha, em função da redução dos prémios de risco de alguns Estados-membros, ou seja, os diferenciais entre as yields face às da Alemanha. No caso específico da dívida pública francesa, embora tenha visto o respetivo custo de financiamento, a 10 anos, a tornar-se mais elevado em termos relativos face ao dos países do Sul da Europa, com preocupações acrescidas acerca do elevado défice orçamental e da deterioração do rácio de dívida do país, apresentou, também, contudo, algum estreitamento do diferencial em comparação à Alemanha, ainda que numa magnitude inferior face à de outros países como Portugal, Espanha e Itália.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** denotaram rendibilidades positivas, superiores nos segmentos de emissões em dólares, que beneficiaram do efeito positivo da redução das taxas de juro sem risco norte-americanas. Em paralelo, o estreitamento de spreads contribuiu para a valorização destes títulos, em particular de emitentes de grau especulativo. A evolução favorável dos prémios de risco corporativo ocorreu num contexto de resiliência económica e de robustez corporativa. Apesar dos sinais de alguma fragilidade em setores específicos e da incerteza política, os spreads de crédito, em termos agregados, diminuíram para os níveis mais baixos de vários anos. Este desempenho foi suportado pela robustez da situação financeira dos emitentes, apesar de se ter assistido a algum recrudescimento de receios quanto à qualidade creditícia global. A título de exemplo, os dados mais recentes revelam, inclusivamente, uma trajetória de diminuição, na segunda metade de 2025, do número de falências nos EUA. A manutenção de uma forte procura por obrigações corporativas, aliada à flexibilização da política



monetária da Reserva Federal e à solidez económica global, propicia que os spreads se situem próximos de mínimos, apesar do aumento expressivo de novas emissões. Neste contexto, os emitentes têm aproveitado as condições de financiamento benignas para estender os prazos de financiamento e manter um montante elevado de disponibilidades financeiras em balanço.

No que respeita ao mercado primário, o setor financeiro liderou as emissões no segmento de grau de investimento, tanto na Europa como nos EUA, seguido pelo consumo não cíclico, indústria e telecomunicações, tendo os prazos entre 5 e 10 anos centrado as atenções.

#### Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

|   | 2024 | 2025  |
|---|------|-------|
| <b>Obrigações do Tesouro</b>                  |      |       |
| EUA   | 0,6% | 6,3%  |
| Área Euro                                     | 1,9% | 0,6%  |
| Alemanha                                      | 0,6% | -1,6% |
| Itália  | 5,3% | 3,2%  |
| Portugal                                      | 2,9% | 0,7%  |
| <b>Obrigações de Dívida Privada - Crédito</b> |      |       |
| <i>Investment Grade</i> em dólares            | 2,1% | 7,8%  |
| <i>Investment Grade</i> em euros              | 4,7% | 3,0%  |
| <i>High Yield</i> em dólares                  | 8,2% | 8,6%  |
| <i>High Yield</i> em euros                    | 8,2% | 5,2%  |

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

A classe de **Ações** registou ganhos expressivos na generalidade dos mercados, com vários dos principais índices de referência norte-americanos e europeus a alcançarem, inclusivamente, novos máximos históricos, apesar da elevada incerteza no plano geopolítico e, em especial, quanto à política comercial dos EUA. Após uma primeira fase do ano marcada pelo impacto do anúncio de novas tarifas sobre as importações de bens pela Administração norte-americana (no designado “Liberation Day”), que gerou o aumento significativo da aversão ao risco, assistiu-se a uma forte recuperação dos mercados, propiciada por um recuo na agressividade inicial das medidas. Para além da aparente diminuição das tensões comerciais, em concreto entre os EUA e a China, o desempenho positivo assentou na expectativa de flexibilização adicional da política monetária da Reserva Federal e na robustez dos resultados empresariais, bem como na melhoria das perspetivas formuladas pelas empresas para os próximos trimestres. Os setores de telecomunicações e tecnológico lideraram os ganhos, enquanto os de imobiliário e consumo básico denotaram os desempenhos mais desfavoráveis. Na Área Euro, a perspetiva de um forte incremento das despesas de defesa e do investimento em infraestruturas forneceu um suporte adicional ao mercado acionista desta região, tendo-se destacado, pela positiva, principalmente o setor financeiro, mas também o de *utilities* e de recursos básicos, e pela negativa, o de telecomunicações. O Japão registou, em 2025, à semelhança do ano anterior, uma valorização expressiva. A nomeação, pelo parlamento nipónico, da nova Primeira-Ministra Sanae Takaichi, defensora de uma política de maior investimento e consumo público, conduziu a um maior otimismo por parte dos investidores quanto à reanimação da economia. A performance dos mercados emergentes foi genericamente muito positiva, beneficiando da depreciação do dólar e da relativa robustez da atividade destas economias, e da respetiva atuação nos planos das políticas orçamental e monetária. Particularmente positivo foi o desempenho das empresas produtoras de semicondutores que impulsionaram não só os mercados da Coreia do Sul e de Taiwan como também da China, ainda que no último caso a atividade económica permaneça condicionada pela crise do setor imobiliário. Em termos agregados, a rentabilidade global da classe em euros foi positiva,



mas inferior ao observado em 2024, ao ser penalizada pelo efeito negativo da depreciação da maioria das restantes moedas face ao euro.

#### Rendibilidades dos Mercados de Ações

|                                 | 2024         | 2025         |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Global</b> (em euros)        | <b>25,3%</b> | <b>7,9%</b>  |
| <b>Desenvolvidos</b> (em euros) | <b>26,6%</b> | <b>6,8%</b>  |
| <b>Emergentes</b> (em euros)    | <b>14,7%</b> | <b>17,8%</b> |
| EUA                             | 25,0%        | 17,9%        |
| Área Euro                       | 9,5%         | 23,7%        |
| Itália                          | 19,0%        | 38,2%        |
| França                          | 0,2%         | 13,3%        |
| Espanha                         | 19,0%        | 54,2%        |
| Portugal                        | 3,9%         | 35,5%        |
| Reino Unido                     | 9,7%         | 25,8%        |
| Japão                           | 20,9%        | 28,1%        |

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

No que concerne ao **Mercado Cambial**, o dólar terminou 2025 a depreciar cerca de 12% face ao euro, um comportamento influenciado pela perspetiva de estabilidade das taxas de juro de referência pelo Banco Central Europeu, em contraste com a descida dos juros diretores da Reserva Federal no final do ano, com a possibilidade de novos movimentos no mesmo sentido em 2026. De facto, a cotação da moeda norte-americana foi penalizada pela flexibilização da política monetária nos EUA, bem como por preocupações em torno do estatuto de independência do banco central, dada a pressão pública exercida pela Administração no sentido da descida dos juros diretores, num contexto em que se aguarda a nomeação do próximo presidente da autoridade monetária, uma vez que o mandato de Jerome Powell terminará em maio de 2026. Foi também relevante, neste plano, a pressão exercida pela Administração para a demissão de Lisa Cook do Conselho de Governadores da instituição. O dólar norte-americano refletiu o crescente sentimento de desconfiança dos investidores relativamente aos EUA enquanto destino seguro para aplicação das poupanças e investimento. Para além de beneficiar de um estatuto de refúgio face ao dólar, a moeda única foi também favorecida pela progressiva melhoria das perspetivas de crescimento económico da Área Euro, que, aliada à permanência da inflação em torno do objetivo de 2%, foi robustecendo a expectativa de manutenção das taxas diretoras por parte do BCE. Note-se, no entanto, que a cotação do euro foi pontualmente penalizada pela instabilidade política em França, que agravou receios quanto à evolução do défice orçamental e endividamento público.

A libra esterlina evidenciou um perfil similar ao do dólar norte-americano, em função da expectativa de descida dos juros diretores pelo Banco de Inglaterra. Por último, o iene depreciou de forma significativa no ano, ao refletir a expectativa de redução do ritmo de subida da taxa de juro de referência pelo Banco do Japão, que se resumiu a dois aumentos, de +25 p.b., em janeiro e dezembro.

**Mercado Cambial** (variações face ao euro)

|                 | 2024  | 2025   |
|-----------------|-------|--------|
| Dólar americano | 6,6%  | -11,9% |
| Iene            | -4,4% | -11,5% |
| Libra           | 4,8%  | -5,1%  |
| Franco suíço    | -1,2% | 0,9%   |
| Dólar canadiano | -1,8% | -7,6%  |

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** evidenciou uma valorização significativa, impulsionada pelos segmentos de metais, em particular dos preciosos, num contexto de relativa solidez da economia global, conjuntamente com a depreciação do dólar e a expectativa de flexibilização da política monetária nos EUA. No âmbito dos metais preciosos, realce para a valorização de 65% do ouro, dada a escassez estrutural da oferta, a que acresce a forte procura como investimento diversificador, num contexto de reforço das reservas detidas por parte de bancos centrais e de instabilidade geopolítica. A cotação da prata exibiu um ganho ainda mais significativo, em virtude da sua importância para a transição energética na produção de veículos elétricos, painéis solares e semicondutores. Já o segmento de metais industriais avançou mais de 20%, sendo de destacar a subida do preço do cobre, superior a 40%, que reflete receios de escassez da matéria-prima. Em contraste, o compósito de energia denotou uma depreciação de cerca de 10%, motivada em grande medida pela queda do preço do petróleo, num quadro de excesso de oferta e de elevada incerteza quanto à evolução da atividade a nível global. O segmento agrícola apresentou uma desvalorização, embora relativamente ligeira, extensível à maioria dos constituintes, sendo de referir a descida mais acentuada da cotação do trigo e do açúcar, refletindo a expectativa de condições climáticas favoráveis à produção.

**Rendibilidades dos Mercados de Matérias-primas** (em dólares)

|                    | 2024        | 2025         |
|--------------------|-------------|--------------|
| <b>Global</b>      | <b>5,4%</b> | <b>15,8%</b> |
| Energia            | 1,2%        | -10,4%       |
| Metais industriais | 3,5%        | 21,4%        |
| Metais preciosos   | 25,3%       | 80,2%        |
| Agricultura        | -3,9%       | -2,3%        |

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

### 3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

O ano de 2025 foi marcado por uma evolução positiva do mercado imobiliário global, apesar de um início caracterizado por níveis recorde de volatilidade, decorrentes da intensificação das tensões geopolíticas e do agravamento das políticas comerciais internacionais. Este contexto gerou cautela por parte dos investidores, adiando decisões e compromissos investimento. Ainda assim, a resiliência observada no final de 2024 prolongou-se em 2025, com os volumes globais de investimento imobiliário a superarem os volumes de 2024, mantendo a tendência positiva.

A recuperação sustentada após as tensões comerciais foi apoiada por um enquadramento macroeconómico mais estável, pela flexibilização da política monetária e pela redução gradual das taxas de juro pelo Banco Central Europeu. Estes fatores contribuíram para melhorar as condições de financiamento e refinanciamento, impulsionando a atividade transacional e reforçando a confiança dos investidores. A valorização dos ativos iniciou uma trajetória positiva, com a componente capital a voltar a contribuir para os retornos totais, após dois anos de correção.



No mercado internacional, os EUA e a Europa registaram aumentos significativos nos volumes de investimento, com destaque para ativos core e segmentos alternativos, como hotelaria, residencial e retalho. Em Portugal, o mercado manteve uma dinâmica sólida e resiliente, destacando-se como destino preferencial para capital internacional, que continuou a representar parte significativa do volume investido. A procura por ativos *prime*, especialmente nos segmentos de hotelaria e residencial, reforçou o posicionamento do país no panorama europeu, suportada por fundamentos robustos e pela confiança na capacidade de geração de retornos consistentes. Apesar de um abrandamento temporário na atividade de arrendamento no primeiro trimestre do ano, o mercado recuperou rapidamente, evidenciando uma forte dinâmica, com os retornos imobiliários nacionais a permanecerem estáveis e atrativos face a outros mercados europeus.

As perspetivas para 2026 são positivas, sustentadas por cortes adicionais nas taxas de juro e pelo crescente interesse em ativos sustentáveis e diversificados. A integração de critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) consolidou-se como elemento central na estratégia dos investidores, não apenas por exigências regulatórias, mas como fator determinante para a preservação de valor e competitividade futura do setor.

#### 4. PERSPETIVAS PARA 2026

À entrada do presente ano, a economia mundial continua a revelar uma significativa capacidade de adaptação às alterações de políticas, monetárias e fiscais, e do enquadramento geopolítico. Após um ciclo prolongado marcado por políticas monetárias restritivas e choques inflacionistas, o ambiente atual combina sinais de resiliência com desafios estruturais, capazes de transformar a dinâmica económica e financeira em diversas regiões do mundo. De entre estes fatores, destacam-se a inteligência artificial (IA), a fragmentação geopolítica e a transição energética, que se tornam cada vez mais forças determinantes para a produtividade, para os fluxos de capital e para a estabilidade financeira. Em 2026, o panorama internacional deverá permanecer marcado por conflitos, diplomáticos e militares, contribuindo para que a instabilidade e a incerteza, política e económica, permaneçam elevadas. Neste enquadramento o crescimento global deverá continuar resiliente desacelerando suavemente face ao ano anterior, mas com o ritmo de expansão económica a manter-se em torno da média das últimas décadas.

Nos EUA, o crescimento deverá refletir forças em sentidos opostos: estímulos fiscais e investimento privado (incluindo segmentos ligados à IA) a favorecerem a atividade, mas tarifas e menores entradas líquidas de imigração a aumentarem custos e a limitarem a oferta de trabalho. A inflação tenderá a descer gradualmente, mas com risco de permanecer acima da meta por efeitos de segunda ordem relacionados com pressões salariais em determinados setores. As expectativas apontam para arrefecimento do crescimento face a 2025, num patamar ainda relativamente sólido, com a política monetária a exibir um viés de acomodação prudente e a calibrar cortes adicionais consoante o abrandamento do mercado de trabalho.

Na Área Euro, 2026 deverá traduzir uma melhoria gradual, embora o crescimento permaneça abaixo do potencial. A política monetária mais acomodatória e a recuperação do rendimento real irão apoiar o consumo, embora exportações e investimento devam continuar condicionados por tarifas externas, incerteza regulatória e pela fraqueza estrutural de diversos segmentos da indústria. As projeções do FMI antecipam um crescimento modesto e inflação em convergência para a meta, com alguma dispersão entre Estados-Membros.

No Japão, reformas estruturais e o aumento da despesa pública continuam a sustentar a procura interna, num quadro de normalização monetária muito gradual. A política do banco central deverá permanecer contrária à dos restantes bancos centrais de economias avançadas, com agravamento das taxas de juro de referência, num contexto de inflação acima do objetivo, aumento dos salários e riscos externos relacionados com o impacto das tarifas na atividade das empresas que têm uma vertente mais exportadora.



Na China, o crescimento deverá voltar a descer em 2026, apesar dos suportes cíclicos introduzidos pelas autoridades em 2025. O país continuará a ressentir-se do ajuste no setor imobiliário, da elevada poupança das famílias e da deflação pontual em alguns segmentos, enquanto a procura acelera a transição para um modelo mais centrado no consumo e serviços. As projeções de analistas e do Fundo Monetário Internacional para 2026 apontam para expansão inferior à de 2025, com a política económica a equilibrar apoio fiscal/monetário e com reformas estruturais para mitigar riscos financeiros e melhorar a eficiência do investimento.

Quanto à política monetária, a “normalização” irá prosseguir, embora com assimetrias. Em 2026, a perspetiva é de cortes adicionais em várias economias avançadas, condicionados não só pela desinflação em curso (mesmo heterogénea), mas também pela necessidade de defender a sua credibilidade perante pressões políticas e riscos em baixa para a atividade, além de balanços fiscais mais frágeis, que podem limitar o espaço para acomodar choques. O balanço de riscos inclui surpresas inflacionistas (via tarifas, energia e salários) e variações abruptas dos preços dos ativos após um 2025 suportado por condições financeiras extremamente favoráveis.

No capítulo da geopolítica, 2026 deverá continuar marcado por fragmentação e competição estratégica, com impactos diretos e significativos na economia global e no comércio internacional. As tensões no Médio Oriente irão permanecer como um fator crítico, com riscos para os fluxos energéticos e para a estabilidade regional, enquanto o conflito Rússia-Ucrânia tende a prolongar-se, devendo gerar pressões pontuais sobre cadeias de abastecimento e mercados de matérias-primas. Já no Extremo Oriente, o antagonismo entre EUA e China deverá intensificar-se, centrado em tecnologia, semicondutores e IA, aumentando o risco de restrições comerciais e de reconfiguração das cadeias globais, enquanto na América Latina, a instabilidade política e a disputa por influência entre grandes potências condicionam acordos comerciais e investimentos estratégicos. Este contexto tende a reforçar a propensão para a regionalização das trocas e o investimento na indústria de defesa, embora possa contribuir para uma intensificação da volatilidade nos mercados financeiros, num cenário em que a segurança energética e tecnológica assume um papel cada vez mais central nas agendas governamentais.

No que se refere aos principais mercados financeiros, apesar dos desafios, o panorama descrito de abrandamento suave do crescimento da atividade, a par da gradual diminuição da inflação, bem como do carácter restritivo da política monetária, tende a favorecer o sentimento dos investidores. No entanto, fatores como a instabilidade geopolítica e a incerteza sobre a evolução da inflação, entre outros, poderão espoletar uma menor apetência dos intervenientes no mercado por ativos de maior risco.

Os mercados acionistas poderão ser beneficiados pela expectativa de uma política monetária da Fed menos restritiva, de algum desanuviamento das tensões acerca do comércio internacional, de políticas fiscais expansionistas e da robustez da economia global e dos resultados corporativos. Apesar das rendibilidades bastante positivas alcançadas desde 2023, a perspetiva é de valorização das ações, ainda que mais modesta que nos últimos dois anos. A evidência histórica demonstra que, em ambientes económicos em que não se verificou a ocorrência de uma recessão, a flexibilização da política monetária gerou, na grande maioria dos casos, desempenhos positivos em ações mesmo quando os múltiplos já eram anteriormente elevados. Em adição, as empresas podem procurar conter a pressão das tarifas nas margens via ajustes nas suas cadeias de suprimentos e ganhos de produtividade associados a novas tecnologias. Neste contexto, as métricas de valorização elevadas podem ser compensadas pela contínua robustez dos lucros e pelo ímpeto positivo que os cortes das taxas têm nos múltiplos. Os EUA continuam a liderar em termos de inovação e de crescimento dos resultados e, por outro lado, a Europa oferece oportunidades em setores ligados à defesa, energia e infraestrutura, beneficiando de esforços de reindustrialização e estímulos fiscais. No Japão, as reformas de governança e programas de recompra de ações sustentam um ciclo positivo, enquanto os mercados emergentes, favorecidos por um dólar mais fraco e taxas de juro mais baixas, apresentam potencial significativo.

Ao nível da classe de obrigações, após um ciclo prolongado de aperto monetário, 2026 inicia com níveis de yields atingidos potencialmente favoráveis. Adicionalmente, o aumento da inclinação das curvas de rendimentos, resultante da queda das taxas curtas e da estabilização das longas, volta a gerar valor para

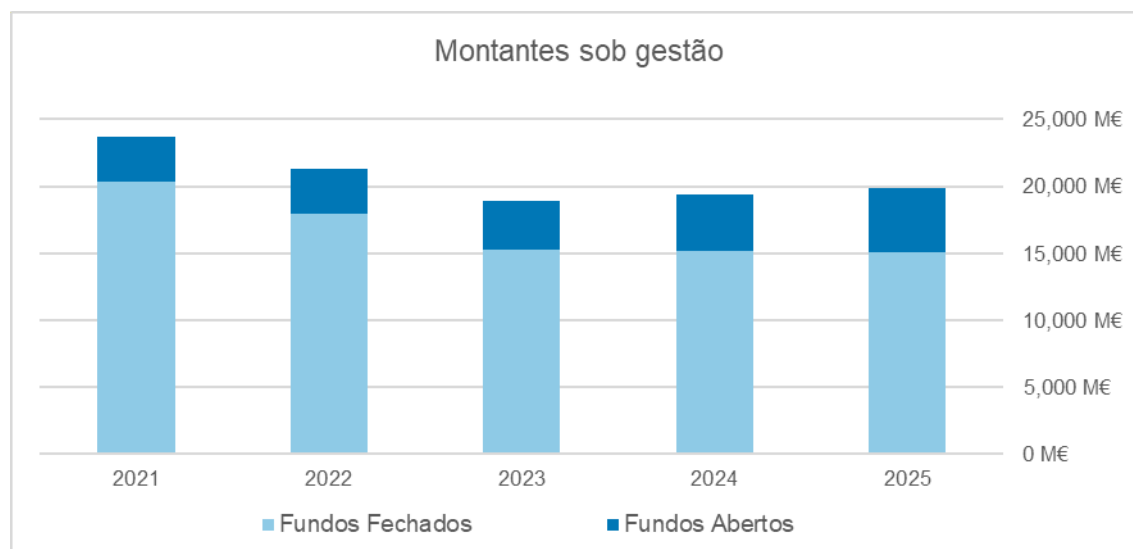


as emissões com maturidades mais elevadas. No entanto, as questões relacionadas com a sustentabilidade das finanças públicas e as dúvidas acerca do efeito retardado das tarifas na inflação são suscetíveis de prejudicar a performance da dívida pública. No que respeita à dívida corporativa, o potencial é bastante limitado dada a relação entre fundamentais e prémios de risco, ainda que o crédito possa permanecer favorecido pela procura dos investidores por rendimento, perante o ambiente de taxas de juro diretoras mais baixas nas principais economias comparativamente ao verificado no ano anterior.

O mercado cambial, em 2026, será novamente influenciado pelas políticas fiscais e comerciais implementadas pela administração norte-americana, bem como pelas crescentes preocupações quanto à independência do banco central e ao aumento do endividamento federal. Esta envolvimento, apesar da depreciação já registada pela moeda norte-americana no ano transato, deverá traduzir-se na manutenção da tendência de queda do dólar. Esta dinâmica, no curto prazo, poderá continuar a beneficiar o euro dada expectativa que o BCE, em contraposição à Fed nos EUA que se espera que ainda volte a reduzir as suas taxas diretoras, mantenha os juros inalterados, e que o crescimento da Área Euro adquira algum ímpeto, em resultado do aumento do investimento público em defesa e infraestruturas.

## 5. GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL

Em 2025, o valor sob gestão dos fundos de pensões nacionais ascendia a 19.887,7 milhões de euros (M€), o que traduz um acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior. Neste período, o montante de fundos de pensões abertos (incluindo PPR e PPA<sup>1</sup>) registou um aumento de 17,7% e o de fundos de pensões fechados apresentou um decréscimo de 1,2% (este segmento representa 75,6% do mercado nacional).



Em 2025, a atividade de gestão de fundos de pensões em Portugal era exercida por 7 sociedades gestoras e por 8 empresas de seguros.

Nesta data, a CGD Pensões detém uma quota de mercado, em montantes sob gestão, de 5,0%.

1. PPR e PPA: Plano Poupança Reforma e Plano Poupança Ações.

Fonte: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Estatísticas anuais, Montantes Geridos dos Fundos de Pensões - Valores provisórios a dezembro de 2025



## 6. ATIVIDADE COMERCIAL

O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de dezembro de 2025, ascendia a cerca de 1.001 milhões de euros, representando um acréscimo de 14,4%, face ao valor gerido no final do ano anterior.

No final de 2025, a Sociedade geria 9 Fundos de Fechados, 3 Fundos de Pensões Abertos e um Fundo PPR. Para além das adesões individuais celebradas nos Fundos de Pensões Abertos, encontravam-se ainda sob gestão um total de 32 adesões coletivas.

|                 | Valor dos fundos sob gestão |            |              | Variação 2025/2024 |
|-----------------|-----------------------------|------------|--------------|--------------------|
|                 | dez-23                      | dez-24     | dez-25       |                    |
| Fundos Fechados | 519                         | 514        | 456          | -11.3%             |
| Fundos Abertos  | 269                         | 321        | 507          | 57.7%              |
| Fundo PPR       | 40                          | 40         | 38           | -4.0%              |
| <b>Total</b>    | <b>829</b>                  | <b>875</b> | <b>1,001</b> | <b>14.4%</b>       |

### Evolução Financeira

Em 2025, o Resultado Operacional da Sociedade aumentou para 1,09 milhões de euros, traduzindo um aumento de 23% face ao período homólogo. Esta evolução resulta essencialmente do aumento de 25% das comissões líquidas dos Fundos de Pensões, apesar da diminuição dos juros e rendimentos das aplicações em Depósitos a Prazo, menos 49%.

No mesmo período, os custos com o pessoal aumentaram 10%, fixando-se em 437 mil euros, assim como os Gastos Gerais Administrativos, que aumentaram 18%, refletindo sobretudo o acréscimo de despesas com tecnologias, auditoria e comunicações.

A 31 de dezembro de 2025, o Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 968 mil euros, o que representa um aumento de 9% relativamente ao ano anterior.

## 7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração tem como objetivo que a Sociedade mantenha o seu sistema de Controlo Interno, e o melhore para o tornar ainda mais adequado e eficaz na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos de Pensões.

O modelo das três linhas de defesa diferencia as responsabilidades de cada uma das áreas no controlo e gestão do risco a que a CGD Pensões se encontra exposta por via da sua atividade. Este distingue três grupos (linhas) envolvidos na gestão de risco: i) 1ª linha de defesa (gestão operacional); ii) 2ª linha de defesa (gestão de risco) e iii) 3ª linha de defesa (auditoria interna).

Um sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes Colaboradores da instituição, com o objetivo de garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade, através:

- do cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos da instituição e na salvaguarda dos seus ativos;
- Da adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição está ou pode vir a estar exposta;



c) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);

d) Da adoção de procedimentos contabilísticos sólidos;

e) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de “*Compliance*”), incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações dos supervisores, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

Para atingir os seus objetivos, o Conselho de Administração tem implementado e mantido ao longo do tempo, um sistema de controlo interno com adequadas atividades de controlo, mecanismos de avaliação e monitorização do ambiente de controlo, que permitem assegurar um adequado sistema de controlo interno e contribuir para o efetivo desenvolvimento e consolidação de uma cultura de controlo interno, que permita uma gestão sã e prudente da instituição.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre em articulação com as estruturas da CGD, que garantem o cumprimento das melhores práticas de governação dentro de todo o Grupo CGD.

## 8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Como parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), a sociedade cumpre os princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, encontrando-se em vigor diversos normativos relativos a políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, de promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de valorização de recursos humanos e de responsabilidade económica e de salvaguardada da competitividade da empresa.

É objetivo da CGD Pensões constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), entendidos como a ponderação na tomada de decisões de investimento, de considerações de ordem ambiental, social e de governo societário (ESG – sigla em inglês de *Environmental, Social, and Governance*).

A estratégia de ISR delineada pela CGD Pensões está em linha com o Programa Corporativo de Sustentabilidade definido pela CGD, o qual ambiciona acompanhar as tendências e as melhores práticas internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável.

Alinhada com as melhores práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) na indústria de gestão de ativos, e como parte central da sua estratégia, a CGD Pensões tem progressivamente aderido a iniciativas internacionais, sendo signatária desde 2019 dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI - *Principles for Responsible Investment*) das Nações Unidas, iniciativa reconhecida globalmente como a mais relevante na indústria de gestão de ativos relativa à temática de sustentabilidade. Em 2023, a CGD Pensões aderiu à *Net Zero Asset Managers Initiative*, iniciativa global que congrega os esforços e comprometimento das sociedades gestoras de ativos internacionais signatárias com a descarbonização dos portfólios sob gestão, contribuindo desta forma para o objetivo de um nível de emissões de gases de efeito de estufa líquido nulo até 2050, tendo publicado em dezembro de 2023, os seus compromissos iniciais de redução de emissões associados às carteiras geridas. A estratégia foi robustecida em 2024, com a adesão à *Climate Action 100+*, iniciativa internacional de investidores que privilegia o envolvimento direto com os emitentes que, à escala global, se destacam negativamente pelo nível de emissão de gases de efeito de estufa associado às suas atividades.



Tendo em conta a crescente relevância da temática da biodiversidade, a Sociedade Gestora aderiu em março de 2025, à iniciativa internacional Spring, que visa articular e alinhar esforços de gestoras de ativos a nível global no desenvolvimento de um diálogo estruturado com as Empresas em que investem. O objetivo central passa por promover a adoção das melhores práticas, contribuindo para travar e reverter a perda de florestas e a degradação do solo até 2030, reforçando, assim, o cumprimento dos objetivos globais com impactos positivos ao nível do clima, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

A Sociedade Gestora acredita que faz parte do seu dever fiduciário disponibilizar soluções de investimento que incorporem fatores ESG, para melhor gerir o risco das mesmas, procurar potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo, enquanto robustece o seu perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário, e salvaguardar preocupações com o desenvolvimento sustentável que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.

No âmbito da estratégia de Sustentabilidade definida, a Sociedade Gestora utiliza uma metodologia de rating interna denominada Rating de Sustentabilidade da CGD Pensões, que consolida diferentes abordagens/metodologias de análise em função da classe de ativos subjacente, garantindo desta forma uma cobertura transversal no que se refere à sustentabilidade das classes de ativos geridas pela Sociedade Gestora.

Neste contexto, em 2025 a CGD Pensões reforçou a sua ambição de consolidar a realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, continuando a centrar a sua atuação em três vetores principais: 1) Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais; 2) envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão; e 3) Envolvimento com as Empresas que se enquadrem no universo potencial de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (*Engagement*).

A evolução no presente ano ficou marcada, por um lado, pela consolidação do posicionamento da Sociedade Gestora, e por outro, pelo aumento da ambição em termos de compromissos com a sustentabilidade, e pela primeira participação direta em iniciativas de envolvimento internacional, uma das quais incidindo sobre a vertente ambiental e a outra em torno da temática da biodiversidade.

Em paralelo com a continuação do programa de formação das suas Equipas em torno da temática da sustentabilidade, em 2025, a CGD Pensões não só atualizou, as suas Políticas de Investimento Socialmente Responsável, de Envolvimento e de Exercício de Direitos de Voto e a Declaração de Diligência Devida da Sociedade, como autonomizou a sua Política de integração de Riscos de Sustentabilidade, iniciativas que, deram visibilidade ao aumento do nível de ambição e exigência considerada na gestão das carteiras. Estes normativos enquadram a abordagem de investimento sustentável da CGD Pensões.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos no Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

Decorrente da aplicação de tais Critérios, a Sociedade Gestora observará, no processo de investimento dos fundos sob gestão, uma proporção mínima de investimentos sustentáveis alinhados com os objetivos ambientais quando aplicável, de acordo com o Regulamento da Taxonomia (UE).

Na informação pré-contratual de cada produto poderá ser consultado se, e em que medida, o fundo de investimento promove características ambientais ou sociais ou tem como objetivo a realização de investimentos socialmente responsáveis.

Tendo em conta o contexto descrito, a CGD Pensões, na prossecução da estratégia de integração de fatores ESG nos seus investimentos, gere com referência a dezembro de 2025, um montante de ativos sob gestão de fundos de investimento que promovem características sociais e/ou ambientais e que cumprem com os pressupostos da Política ISR da CGD Pensões, permitindo a classificação dos Fundos



como Artigo 8º de acordo com o Regulamento SFDR<sup>[1]</sup>, que representam 45,9% do total dos ativos de fundos de pensões abertos sob gestão.

A sociedade disponibiliza, no sítio da internet [www.cgdpensoes.pt](http://www.cgdpensoes.pt), informação específica em matéria de Sustentabilidade, num separador próprio criado para o efeito.

## 9. PRINCIPAIS RISCOS

O processo de gestão de risco engloba quatro fases: Identificação, Avaliação, Monitorização e Mitigação, estando a sua implementação dependente da categoria e natureza dos riscos.

Na identificação dos riscos materiais a que a Sociedade se encontra exposta, a CGD Pensões considera o risco de *compliance*, o risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o risco operacional, os riscos cibernéticos e de tecnologia de informação, o risco de estratégia e negócio, o risco de reputacional, o risco de governo interno, o risco climático e ambiental e o risco de dados como os mais importantes, sendo aqueles que poderão afetar significativamente a situação financeira da CGD Pensões.

- Risco de Compliance: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes de violações ou não conformidade com leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que possam resultar em penalizações legais, restrição de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou incapacidade de aplicar obrigações contratuais.

- Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes do não cumprimento ou conformidade com leis, regulamentos, determinações supervisivas, e/ou práticas instituídas relativas à atividade de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que permitam, nomeadamente, que os produtos, serviços ou operações sejam utilizados para dissimular a origem ilícita dos recursos ou para financiar atividades terroristas.

- Risco Operacional: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos ineficazes de tomada de decisão, recursos humanos insuficientes ou inadequados ou inoperabilidade da infraestrutura.

- Riscos Cibernéticos e de Tecnologia de Informação: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de tecnologia desajustada/defeituosa ou da contratação de serviços TIC considerados críticos para a Instituição que possa comprometer a disponibilidade, continuidade, integridade, acessibilidade e segurança de infraestruturas.

- Risco de Estratégia e Negócio: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objetivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário.

- Risco Reputacional: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante da perceção adversa da imagem da instituição financeira por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores ou pela opinião pública em geral devido a ações da própria instituição ou dos seus colaboradores.

---

<sup>[1]</sup> Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, designado por *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR)



- **Risco de Governo Interno:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da estrutura governativa e organizacional e correspondentes linhas de responsabilidade, dos processos de identificação, gestão, monitorização e reporte de todos os riscos e da estrutura de governo interno da Instituição.

- **Risco Climático e Ambiental:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de alterações climáticas e degradação ambiental que afetem sistemas (naturais e humanos) e regiões. Estes fenómenos climáticos e ambientais são também considerados fontes de alterações estruturais que afetam a atividade económica.

- **Risco de Dados:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de incorreta ou incompleta recolha, qualidade e agregação de dados, que afetem a sua qualidade, assim como o *reporting* dos mesmos.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., no valor de 968,224.71 euros (novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro euros e setenta e um cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

### Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas da Sociedade - e aos membros da Mesa da Assembleia-geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os Clientes;
- A todos os Clientes dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos Colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

| <b>ATIVO</b>                               | <b>Notas</b> | <b>2025</b>      | <b>2024</b>      |
|--|--------------|------------------|------------------|
| <b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>                 |              |                  |                  |
| Ativos fixos tangíveis                     | 5            | -                | -                |
| Ativos intangíveis                         | 6            | 106,538          | 103,738          |
| Participações financeiras - Outros métodos | 7            | 387              | 377              |
| Total do ativo não corrente                |              | 106,925          | 104,115          |
| <b>ATIVO CORRENTE:</b>                     |              |                  |                  |
| Clientes                                   | 9            | 16,826           | 20,774           |
| Outras contas a receber                    | 10           | 1,259,535        | 1,083,818        |
| Diferimentos                               | 11           | 6,342            | -                |
| Caixa e depósitos bancários                | 4            | 8,554,788        | 8,435,493        |
| Total do ativo corrente                    |              | 9,837,491        | 9,540,085        |
| <b>Total do ativo</b>                      |              | <b>9,944,416</b> | <b>9,644,200</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>           |              |                  |                  |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>                    |              |                  |                  |
| Capital subscrito                          | 12           | 3,000,000        | 3,000,000        |
| Reservas legais                            | 12           | 600,000          | 600,000          |
| Outras reservas                            | 12           | 4,050,298        | 4,050,298        |
| Resultado líquido do exercício             | 12           | 968,224          | 892,349          |
| <b>Total do capital próprio</b>            |              | <b>8,618,522</b> | <b>8,542,647</b> |
| <b>PASSIVO:</b>                            |              |                  |                  |
| <b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>               |              |                  |                  |
| Provisões                                  | 23           | 56,807           | 91,786           |
| Total do passivo não corrente              |              | 56,807           | 91,786           |
| <b>PASSIVO CORRENTE:</b>                   |              |                  |                  |
| Fornecedores                               | 13           | 477,183          | 238,609          |
| Estado e outros entes públicos             | 8            | 46,885           | 198,312          |
| Outras contas a pagar                      | 14           | 745,019          | 572,846          |
| Total do passivo corrente                  |              | 1,269,087        | 1,009,767        |
| <b>Total do passivo</b>                    |              | <b>1,325,894</b> | <b>1,101,553</b> |
| <b>Total do capital próprio e passivo</b>  |              | <b>9,944,416</b> | <b>9,644,200</b> |

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

| <b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>  | <b>Notas</b> | <b>2025</b>      | <b>2024</b>      |
|--|--------------|------------------|------------------|
| Serviços prestados   | 15           | 3,929,661        | 3,260,978        |
| Fornecimentos e serviços externos  | 16           | (2,480,396)      | (2,097,946)      |
| Gastos com o pessoal   | 17           | (436,930)        | (397,631)        |
| (Aumentos) / reversões de provisões  | 22           | 34,980           | 15,215           |
| Aumentos /(reduções) de justo valor  | 7            | 9                | (9)              |
| Outros rendimentos e ganhos  | 19           | 193,408          | 175,577          |
| Outros gastos e perdas   | 20           | (95,364)         | (46,289)         |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |              | <b>1,145,370</b> | <b>909,895</b>   |
| (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização                       | 5 e 6        | (51,432)         | (22,797)         |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |              | <b>1,093,938</b> | <b>887,097</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 21           | 134,821          | 262,784          |
| Juros e gastos similares suportados  | 21           | -                | -                |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |              | <b>1,228,759</b> | <b>1,149,882</b> |
| Imposto sobre o rendimento do exercício                                    | 8            | (260,535)        | (257,533)        |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                                      |              | <b>968,224</b>   | <b>892,349</b>   |
| <b>Número médio de ações ordinárias emitidas</b>                           | 24           | <b>600,000</b>   | <b>600,000</b>   |
| <b>Resultado por ação</b>  | 24           | <b>1.61</b>      | <b>1.49</b>      |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

|   | Capital   | Reservas legais | Outras reservas | Resultados Transitados | Resultado líquido do exercício | Total do capital próprio |
|---|-----------|-----------------|-----------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>         | 3,000,000 | 600,000         | 4,050,298       | -                      | 1,354,649                      | 9,004,947                |
| Aplicação dos resultados do exercício anterior: |           |                 |                 |                        |                                |                          |
| Distribuição de dividendos                      | -         | -               | -               | -                      | (1,354,649)                    | (1,354,649)              |
| Resultado líquido do exercício                  | -         | -               | -               | -                      | 892,349                        | 892,349                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>         | 3,000,000 | 600,000         | 4,050,298       | -                      | 892,349                        | 8,542,647                |
| Aplicação dos resultados do exercício anterior: |           |                 |                 |                        |                                |                          |
| Distribuição de dividendos                      | -         | -               | -               | -                      | (892,349)                      | (892,349)                |
| Resultado líquido do exercício                  | -         | -               | -               | -                      | 968,224                        | 968,224                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>         | 3,000,000 | 600,000         | 4,050,298       | -                      | 968,224                        | 8,618,522                |

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

|  | <u>2025</u>      | <u>2024</u>        |
|--|------------------|--------------------|
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>              |                  |                    |
| Recebimentos de clientes   | 3,930,247        | 3,378,636          |
| Pagamentos a fornecedores  | (557,176)        | (510,772)          |
| Pagamentos de comissões  | (1,628,397)      | (1,926,249)        |
| Pagamentos ao pessoal  | (505,754)        | (431,795)          |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                              | <u>1,238,919</u> | <u>509,820</u>     |
| Pagamento de imposto sobre o rendimento                          | (411,770)        | (1,083,603)        |
| Outros (pagamentos) / recebimentos                               | 37,399           | (84,472)           |
| <b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>                    | <u>864,549</u>   | <u>(658,255)</u>   |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>           |                  |                    |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                |                  |                    |
| Ativos fixos tangíveis   | -                | -                  |
| Ativos intangíveis   | -                | -                  |
| Investimentos financeiros  | -                | -                  |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                             |                  |                    |
| Ativos fixos tangíveis   | -                | -                  |
| Investimentos financeiros  | -                | -                  |
| Juros e rendimentos similares                                    | 147,096          | 275,448            |
| <b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>                 | <u>147,096</u>   | <u>275,448</u>     |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>          |                  |                    |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                |                  |                    |
| Financiamentos obtidos   | -                | -                  |
| Juros e gastos similares   | -                | -                  |
| Distribuição de dividendos                                       | (892,350)        | (1,354,649)        |
| <b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>                | <u>(892,350)</u> | <u>(1,354,649)</u> |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>     | <b>119,295</b>   | <b>(1,737,457)</b> |
| <b>Efeito das diferenças de câmbio</b>                           | -                | -                  |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício (Nota 4)</b> | 8,435,493        | 10,172,950         |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (Nota 4)</b>    | 8,554,788        | 8,435,493          |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de dezembro de 2025 pela gestão de Fundos abertos e fechados detalhados na Nota 23.

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, SA.. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015), e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025, a Sociedade não procedeu à alteração voluntária de políticas contabilísticas.

#### 3.3. Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:



“Espera-se” que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;

- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço;
- Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

#### 3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Sociedade estima a vida útil dos ativos tangíveis em:

|                         | Anos de vida útil |
|-------------------------|-------------------|
| Mobiliário e material   | 8                 |
| Equipamento informático | 4                 |

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.



### 3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a software e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do software em três anos.

### 3.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

### 3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

#### (i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica “Aumentos / (reduções) de justo valor”, da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritas durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os “Aumentos/(reduções) de justo valor” correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

#### (ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

#### (iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.



(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

- Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos.

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização. Esta comissão é registada na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 16).

### 3.9 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.



Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Norma Regulamentar nº 6/2013-R, sobre as contribuições dos Associados para os respetivos Fundos incide uma taxa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Defensivo, Caixa Reforma Moderado, Império - Bonança, Galp Energia, Fidelidade, Mundial – Confiança, Caixa Reforma Rendimento, PIR Fidelidade e PPR Rendimento Mais, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de “Outros gastos e perdas – Taxa ASF” (Nota 20).

### 3.11 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.12 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### 3.13 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2025 sobre o montante a receber e a pagar em 2026.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos



responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm o seguinte detalhe:

|   | 2025             | 2024             |
|---|------------------|------------------|
| Depósitos a prazo                             | 7,000,000        | 7,200,000        |
| Depósitos bancários imediatamente disponíveis | 1,088,918        | 1,089,951        |
| Deposito bancário Fundos de Pensões Abertos   | 438,803          | 116,860          |
| Deposito bancário Fundo de Pensões PPR        | 27,068           | 28,683           |
|   | <u>8,554,788</u> | <u>8,435,493</u> |

Os depósitos bancários com a designação “Fundos de Pensões” dizem respeito essencialmente a valores que foram transferidos de outras sociedades gestoras para subscrição de Fundos de Pensões Abertos ou Fundo de Pensões PPR geridos pela CGD Pensões.

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se domiciliados na CGD, um depósito a prazo no valor de 7.000.000, o qual vence juros à taxa anual de 1,80%, e vence no dia 3 de janeiro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD e vencem juros à taxa anual de 2,80% e 3,10%. Os Depósitos a Prazo têm vencimento em janeiro e fevereiro de 2025.

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

|                            | 2025             |                         |               |             |                         |                           |                 |                         |               |
|----------------------------|------------------|-------------------------|---------------|-------------|-------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------|---------------|
|                            | Saldos no início |                         |               | Abates      |                         |                           | Saldos no final |                         |               |
|                            | Valor bruto      | Depreciações acumuladas | Valor líquido | Valor bruto | Depreciações acumuladas | Depreciações do exercício | Valor bruto     | Depreciações acumuladas | Valor líquido |
| Equipamento administrativo | 6,337            | (6,337)                 | -             | -           | -                       | -                         | 6,337           | (6,337)                 | -             |
|                            | <u>6,337</u>     | <u>(6,337)</u>          | <u>-</u>      | <u>-</u>    | <u>-</u>                | <u>-</u>                  | <u>6,337</u>    | <u>(6,337)</u>          | <u>-</u>      |
|                            | 2024             |                         |               |             |                         |                           |                 |                         |               |
|                            | Saldos no início |                         |               | Abates      |                         |                           | Saldos no final |                         |               |
|                            | Valor bruto      | Depreciações acumuladas | Valor líquido | Valor bruto | Depreciações acumuladas | Depreciações do exercício | Valor bruto     | Depreciações acumuladas | Valor líquido |
| Equipamento administrativo | 6,337            | (6,337)                 | -             | -           | -                       | -                         | 6,337           | (6,337)                 | -             |
|                            | <u>6,337</u>     | <u>(6,337)</u>          | <u>-</u>      | <u>-</u>    | <u>-</u>                | <u>-</u>                  | <u>6,337</u>    | <u>(6,337)</u>          | <u>-</u>      |



## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas reintegrações acumuladas, foi o seguinte:

|                                      | 2025            |                         |               |            |               |                           |                |                         |               |
|--------------------------------------|-----------------|-------------------------|---------------|------------|---------------|---------------------------|----------------|-------------------------|---------------|
|                                      | Saldo no início |                         |               | Aquisições | Tranferências | Depreciações do exercício | Saldo no final |                         |               |
|                                      | Valor bruto     | Depreciações acumuladas | Valor líquido |            |               |                           | Valor bruto    | Depreciações acumuladas | Valor líquido |
| Ativos intangíveis                   |                 |                         |               |            |               |                           |                |                         |               |
| Software                             | 304,480         | (278,947)               | 25,533        | 23,678     | 72,645        | (36,927)                  | 400,802        | (315,874)               | 84,928        |
| Outros ativos intangíveis - Software | 40,242          | (6,351)                 | 33,891        | 2,223      | -             | (14,505)                  | 42,465         | (20,855)                | 21,610        |
|                                      | 344,722         | (285,298)               | 59,424        | 25,901     | 72,645        | (51,432)                  | 443,267        | (336,730)               | 106,538       |
| Ativos intangíveis - em curso        |                 |                         |               |            |               |                           |                |                         |               |
| Software                             | 44,315          | -                       | 44,315        | 28,330     | (72,645)      | -                         | -              | -                       | -             |
|                                      | 389,036         | (285,298)               | 103,738       | 54,231     | -             | (51,432)                  | 443,267        | (336,730)               | 106,538       |

|                                      | 2024            |                         |               |            |        |                           |                |                         |               |
|--------------------------------------|-----------------|-------------------------|---------------|------------|--------|---------------------------|----------------|-------------------------|---------------|
|                                      | Saldo no início |                         |               | Aquisições | Abates | Depreciações do exercício | Saldo no final |                         |               |
|                                      | Valor bruto     | Depreciações acumuladas | Valor líquido |            |        |                           | Valor bruto    | Depreciações acumuladas | Valor líquido |
| Ativos intangíveis                   |                 |                         |               |            |        |                           |                |                         |               |
| Software                             | 299,326         | (262,501)               | 36,825        | 5,154      | -      | (16,446)                  | 304,480        | (278,947)               | 25,533        |
| Outros ativos intangíveis - Software | -               | -                       | -             | 40,242     | -      | (6,351)                   | 40,242         | (6,351)                 | 33,891        |
|                                      | 299,326         | (262,501)               | 36,825        | 45,395     | -      | (22,797)                  | 344,722        | (285,298)               | 59,424        |
| Ativos intangíveis - em curso        |                 |                         |               |            |        |                           |                |                         |               |
| Software                             | 33,404          | -                       | 33,404        | 10,910     | -      | -                         | 44,315         | -                       | 44,315        |
|                                      | 332,731         | (262,501)               | 70,229        | 56,306     | -      | (22,797)                  | 389,036        | (285,298)               | 103,738       |

Em 2025, a Caixa Gestão de Ativos adquiriu as licenças de acesso à aplicação corporativa “*Smart Governance*”, no valor de 8.549 euros.

O *Smart Governance* é uma plataforma corporativa destinada à gestão integrada e digital dos órgãos de governação da Caixa Gestão de Ativos. Esta solução permite centralizar processos de aprovação, organizar reuniões formais, gerir documentação associada e assegurar a rastreabilidade das decisões, reforçando a conformidade com as melhores práticas de governação.

Em 2025, passou a produção a nova versão do I2S, cujo valor se encontrava em “Ativos Intangíveis – em curso”.

No ano de 2024, foi adquirido software para novas funcionalidades para o *site* da CGD Pensões, e para uma nova funcionalidade no SGAF referente à alteração do tratamento fiscal dos rendimentos de capitais nos Açores.

## 7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Participações financeiras” diz respeito ao valor das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho e respetiva valorização naquela data, de acordo com detalhe:



| Títulos                                    | 2025          |             |          |                  |                                       |
|--|---------------|-------------|----------|------------------|---------------------------------------|
|  | Valor inicial | Subscrições | Resgates | Valor de mercado | Variações do justo valor no exercício |
| Participações financeiras - Outros métodos |               |             |          |                  |                                       |
| Fundo de Compensação do Trabalho           | 377           | -           | -        | 387              | 9                                     |
|  | <u>377</u>    | <u>-</u>    | <u>-</u> | <u>387</u>       | <u>9</u>                              |

| Títulos                                    | 2024          |             |          |                  |                                       |
|--|---------------|-------------|----------|------------------|---------------------------------------|
|  | Valor inicial | Subscrições | Resgates | Valor de mercado | Variações do justo valor no exercício |
| Participações financeiras - Outros métodos |               |             |          |                  |                                       |
| Fundo de Compensação do Trabalho           | 386           | -           | -        | 377              | (9)                                   |
|  | <u>386</u>    | <u>-</u>    | <u>-</u> | <u>377</u>       | <u>(9)</u>                            |

No seguimento das alterações do Código do Trabalho, implementadas pela Lei nº 13/2023 de 3 de abril, foram suspensas as obrigações relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho, tendo deixado de ser efetuado subscrições a partir de maio de 2023.

## **8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2025 e 2024 corresponde a 21,5% e 22,5%, respetivamente.

A Sociedade está ainda sujeita a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e de 9%, aplicável ao lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuadas pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.



Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica da demonstração dos resultados de “Impostos sobre o Rendimento do Exercício” tem a seguinte composição:

|   | <u>2025</u>    | <u>2024</u>    |
|---|----------------|----------------|
| Imposto sobre o rendimento do exercício |                |                |
| Impostos correntes                      | 260,535        | 257,533        |
| Impostos diferidos                      | -              | -              |
|   | <u>260,535</u> | <u>257,533</u> |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, verificadas nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser demonstrada como se segue:

|  | <u>2025</u> |                  | <u>2024</u> |                  |
|--|-------------|------------------|-------------|------------------|
|  | Taxa        | Imposto          | Taxa        | Imposto          |
| Resultado antes de impostos                                  |             | <u>1,228,759</u> |             | <u>1,149,882</u> |
| Imposto apurado com base na taxa nominal                     | 21.50%      | 264,183          | 22.50%      | 258,723          |
| Custos não aceites   | 0.09%       | 1,156            | 0.00%       | 11               |
| Provisões não aceites e reversões                            | -0.61%      | (7,521)          | -0.30%      | (3,423)          |
| Multas, coimas e juros compensatórios                        | 0.00%       | 12               | 0.00%       | -                |
| Derrama estadual   | 0.00%       | -                | 0.00%       | -                |
| Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho | 0.00%       | -                | 0.00%       | -                |
| Tributação autónoma  | 0.22%       | 2,705            | 0.19%       | 2,222            |
| Impostos diferidos   | 0.00%       | -                | 0.00%       | -                |
| Outros   | 0.00%       | -                | 0.00%       | -                |
| Imposto sobre o rendimento                                   | 21.20%      | <u>260,535</u>   | 22.40%      | <u>257,533</u>   |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Estado e outros entes públicos” do passivo apresentava a seguinte composição:



|  | 2025          | 2024           |
|--|---------------|----------------|
| Estado e Outros Entes Públicos         |               |                |
| IRC a pagar                            | 34,159        | 185,394        |
| Contribuições para a segurança social  | 6,935         | 6,644          |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | 4,830         | 6,914          |
| Imposto do selo sobre comissões        | 115           | 567            |
| IVA a pagar                            | 846           | -              |
| IVA a recuperar                        | -             | (1,206)        |
| Fundos de compensação do trabalho      | -             | -              |
|  | <u>46,885</u> | <u>198,312</u> |

Conforme anteriormente referido, a Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, sendo os pagamentos por conta realizados pela entidade dominante (Caixa Geral de Depósitos, S.A.).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

## 9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                            | 2025          | 2024          |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Clientes - Conta corrente  |               |               |
| Caixa Geral de Depósitos   | 11,317        | 8,449         |
| Caixa Gestão de Ativos     | 5,495         | 4,797         |
| Petrogal                   | -             | -             |
| G.E. - Petrogal            | -             | -             |
| G.E. - Galp Energia, SA    | -             | -             |
| Fundos de Pensões Fechados | -             | 5,749         |
| Outros                     | 14            | 1,780         |
|                            | <u>16,826</u> | <u>20,774</u> |

Todos os valores em dívida à data de 31 de dezembro 2025 e 2024, foram regularizados em janeiro de 2026 e em janeiro de 2025, respetivamente.



## 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

|  | 2025             | 2024             |
|--|------------------|------------------|
| Devedores por acréscimos de rendimentos        |                  |                  |
| Comissões a receber                            | 1,223,898        | 1,034,769        |
| Juros de depósitos bancários a receber         | 10,094           | 22,368           |
| Research                                       | 16,077           | 14,838           |
| Consultoria                                    | 9,300            | 9,300            |
| Outros devedores por acréscimos de rendimentos | -                | 2,534            |
| Outros devedores diversos                      | 9                | 9                |
|  | <u>1,259,378</u> | <u>1,083,818</u> |
| Outros devedores                               |                  |                  |
| Adiantamentos a colaboradores                  | 119              | -                |
| Outros   | 38               | -                |
|  | <u>157</u>       | <u>-</u>         |
|  | <u>1,259,535</u> | <u>1,083,818</u> |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Comissões a receber” refere-se sobretudo a comissões decorrentes da gestão dos fundos de pensões durante o último trimestre do ano.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Juros de depósitos bancários” regista os valores a receber de juros de depósitos à ordem referente a dezembro e juros de depósitos a prazo, que vencem em 2026 e 2025, respetivamente.

## 11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

|                          | 2025         | 2024     |
|--------------------------|--------------|----------|
| Diferimentos             |              |          |
| Trabalhos especializados | 5,107        | -        |
| Outros gastos            |              |          |
| Renda CGD                | 1,235        | -        |
|                          | <u>6,342</u> | <u>-</u> |

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registado em “Trabalhos Especializados” refere-se sobretudo a contratos de custos informáticos, com anuidades a terminar em 2026.

## 12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente detidas pela Caixa Geral de Depósitos, SA..



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de reservas legais, outras reservas e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

|                                | 2025             | 2024             |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Reservas legais                | 600,000          | 600,000          |
| Reservas livres                | 4,050,298        | 4,050,298        |
| Resultados Transitados         | -                | -                |
| Resultado líquido do exercício | 968,224          | 892,349          |
|                                | <u>5,618,522</u> | <u>5,542,647</u> |

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Por Deliberação Unânime por Escrito do acionista único datada de 15 de abril de 2025, foi aprovada a aplicação do Resultado do Exercício de 2024 no valor de 892.349,74 euros em dividendos.

### 13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

|                               | 2025           | 2024           |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores - Conta corrente |                |                |
| CGD                           | 454,587        | 222,668        |
| Caixa Gestão de Ativos        | 13,537         | 12,953         |
| Outros                        | 9,059          | 2,987          |
|                               | <u>477,183</u> | <u>238,609</u> |

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo com a CGD inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativas ao 4º trimestre 2025, no valor de 446.420 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo com a CGD inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativas a outubro e novembro do ano no valor de 215.340 euros.



#### 14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                   | 2025                  | 2024                  |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Credores por acréscimos de gastos |                       |                       |
| Comissões a pagar CGD             | -                     | 113,947               |
| Comissões a pagar                 | 78,489                | 93,609                |
| Serviços Informáticos             | 40,246                | 76,636                |
| Remunerações a liquidar           | 76,959                | 69,250                |
| Taxas a pagar à ASF               | 46,719                | 27,139                |
| Campanha Publicitária             | -                     | 25,000                |
| Encargos com auditoria            | 21,328                | 21,574                |
| Research - Caixa Gestão de Ativos | 19,775                | 18,254                |
| Serviços Área Fiscal              | 11,093                | 8,387                 |
| Encargos com estudos atuariais    | 7,229                 | 7,330                 |
| Serviços Especializados           | 4,766                 | 4,856                 |
| I2S                               | 17,402                | 4,096                 |
| Seguros                           | 7,137                 | 3,829                 |
| Comissão SPAC                     | 2,449                 | 2,297                 |
| Outros                            | 422                   | 1,116                 |
|                                   | <u>334,015</u>        | <u>477,320</u>        |
| Outros credores                   | <u>411,004</u>        | <u>95,526</u>         |
|                                   | <u><u>745,019</u></u> | <u><u>572,846</u></u> |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se às comissões de assessoria financeira do trimestre anterior a liquidar à Caixa Gestão de Ativos nos termos do contrato celebrado, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de *performance*.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Comissões a pagar CGD” diz respeito à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativa ao mês de dezembro 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Serviços Informáticos diz respeito à especialização dos custos de informática referente à Faturação anual dos serviços IT, ao abrigo do contrato existente.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das taxas a pagar à ASF reflete um grande aumento face a 2024 decorrente do aumento das subscrições do Caixa Reforma Rendimento durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “Outros credores” diz respeito aos movimentos em aberto relacionados com os valores recebidos de outras sociedades gestoras, e que aguardam a transferência para os fundos de pensões.



## 15. SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta a seguinte composição:

|   | <u>2025</u>      | <u>2024</u>      |
|---|------------------|------------------|
| Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões |                  |                  |
| FP Fechados   | 1,092,781        | 1,019,522        |
| FP Caixa Reforma Defensivo                                | 1,239,448        | 1,108,398        |
| FP Caixa Reforma Rendimento                               | 666,060          | 441,143          |
| FP Caixa Reforma Moderado                                 | 664,136          | 418,069          |
| FP PPR Rendimento Mais                                    | 195,062          | 197,963          |
|   | <u>3,857,487</u> | <u>3,185,095</u> |
| Comissões de resgate                                      | 4,233            | 10,172           |
| Comissões processamento pensões                           | 2,580            | 2,520            |
| Comissões de subscrição                                   | 2,228            | 1,447            |
| Prestação de serviços                                     |                  |                  |
| Consultoria   | 37,200           | 37,200           |
| Research  | 17,910           | 14,838           |
| Outros  | 8,025            | 9,707            |
|   | <u>3,929,661</u> | <u>3,260,978</u> |

Em 31 de dezembro de 2025, observa-se um aumento nas comissões dos Fundos de Pensões Abertos, resultado da dinamização efetuada pela Sociedade ao longo do ano.

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:



|                                    | 2025             | 2024             |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Fornecimentos e serviços externos  |                  |                  |
| Comissões                          |                  |                  |
| Comissões de comercialização       | 1,582,525        | 1,233,529        |
| Comissões de assessoria financeira | 147,885          | 146,986          |
| Outras comissões                   | 13,253           | 18,999           |
| Trabalhos especializados           |                  |                  |
| Estudos Atuariais                  |                  |                  |
| Fidelidade                         | 85,713           | 86,637           |
| Towers Watson                      | -                | -                |
| Cedências                          | 278,624          | 252,838          |
| Consultores e auditores externos   |                  |                  |
| Consultores                        | 164,067          | 154,841          |
| Auditoria                          | 27,208           | 21,450           |
| Informática                        | 83,772           | 52,240           |
| Research                           | 16,362           | 18,254           |
| Assistência Jurídica               | 17,144           | 19,343           |
| Rendas e alugueres                 |                  |                  |
| CGD                                | 14,497           | 14,191           |
| Outras entidades                   | 17,485           | 16,831           |
| Publicidade                        | -2,463           | 33,477           |
| Honorários                         | 5,624            | 6,179            |
| Outros                             | 28,701           | 22,151           |
|                                    | <u>2,480,396</u> | <u>2,097,946</u> |

A rubrica “Comissões de assessoria financeira” regista os custos incorridos com o contrato celebrado com a Caixa Gestão de Ativos, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de back office, controlo de risco e avaliação de performance.

A rubrica “Estudos atuariais” regista os honorários da Fidelidade, pela prestação de serviços de avaliação atuarial dos fundos de pensões geridos pela Sociedade.

A rubrica “Research” refere-se ao serviço de research prestado pela Caixa Gestão de Ativos aos fundos de pensões geridos pela Sociedade.

#### 17. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:



|                                      | 2025           | 2024           |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Gastos com pessoal                   |                |                |
| Remunerações dos empregados          |                |                |
| Remunerações                         | 321,041        | 293,752        |
| Contribuições para Fundos de Pensões | 5,085          | 4,729          |
| Remunerações órgãos sociais          |                |                |
| Remunerações                         | 16,800         | 16,800         |
| Contribuições para Fundos de Pensões | -              | -              |
| Encargos sobre remunerações          | 65,460         | 63,132         |
| Gastos de ação social                | 17,010         | 10,433         |
| Outros                               | 11,534         | 8,784          |
|                                      | <u>436,930</u> | <u>397,631</u> |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a CGD Pensões tem 6 colaboradores. Este número não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

#### 18. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade, também designada por “Associado”, subscreveu Adesões Coletivas ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Defensivo, ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Moderado e ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento, que financiam um Plano de Pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, contributivo e independente da Segurança Social.

O Plano tem como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade). Cumulativamente, e sobre os valores resultantes das contribuições dos participantes, os benefícios podem ser acedidos nas situações de pré-reforma, reforma antecipada, desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho e doença grave.

De acordo com o estipulado no Plano de Pensões, o acesso aos benefícios apenas será possível quando for atribuída ao trabalhador uma pensão ao abrigo do regime de previdência que lhe seja aplicável, e será realizado em função do tipo de contribuições efetuadas, podendo estas ser da empresa ou do participante. Assim, relativamente às contribuições efetuadas pela Sociedade: (i) o pagamento dos benefícios pode ser feito através da aquisição de um seguro renda imediata celebrado em nome e por conta do Beneficiário a adquirir junto de uma seguradora; (ii) sem prejuízo da opção enunciada anteriormente, as mesmas contribuições podem ser ainda remidas em capital até ao máximo de um terço do valor seu saldo valor de conta de participante (caso não seja possível assegurar o pagamento de uma pensão cuja prestação mensal seja superior à décima parte da retribuição mínima mensal garantida para a generalidade dos trabalhadores em vigor à data da remição então a remição é efetuada pela totalidade dos montantes existentes resultantes de contribuições da empresa).

Adicionalmente, e caso seja legal e fiscalmente possível, (iii) poderão solicitar a transferência do seu saldo de conta de participante resultante de entregas da empresa para um fundo de pensões aberto de adesão individual, sem encargos e desde que se mantenham as condições estabelecidas no Plano de Pensões inicial, ficando o pagamento do benefício assegurado até ao limite da capacidade financeira da conta individual do Beneficiário.

No que diz respeito ao pagamento dos benefícios resultante das contribuições do participante, esse pode ser efetuado sob a forma de pensão, capital ou qualquer combinação destas formas, bem como



transferência para uma adesão individual, nos termos definidos em (iii) consoante a manifestação de vontade do beneficiário.

O Plano abrange os trabalhadores efetivos da Sociedade e os ex-trabalhadores efetivos que tenham completado, em data posterior à da constituição do plano, um mínimo de dez ou três anos consecutivos ao serviço da Sociedade, consoante a cessação da relação laboral tenha ocorrido até 31 de julho de 2020, inclusive, ou após esta data, contados a partir da data da respetiva admissão.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: 2% \* Soma das remunerações mensais desse trimestre.

O Associado poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 5.085 euros e 4.729 euros, respetivamente. (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

|                                | Nº de unidades de participação |               | Valor de mercado |               |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------|------------------|---------------|
|                                | 2025                           | 2024          | 2025             | 2024          |
| Fundo Caixa Reforma Moderado   | 10,159                         | 9,641         | 75,502           | 67,588        |
| Fundo Caixa Reforma Defensivo  | 2,243                          | 2,127         | 32,829           | 30,171        |
| Fundo Caixa Reforma Rendimento | 1                              | 1             | 5                | 5             |
|                                | <u>12,403</u>                  | <u>11,769</u> | <u>108,336</u>   | <u>97,764</u> |

#### 19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                             | 2025           | 2024           |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Outros rendimentos e ganhos |                |                |
| Cedências                   | 193,408        | 175,577        |
|                             | <u>193,408</u> | <u>175,577</u> |

#### 20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:



|                        | 2025   | 2024   |
|------------------------|--------|--------|
| Outros gastos e perdas |        |        |
| Quotizações            | 9,240  | 10,416 |
| Taxa ASF               | 85,967 | 35,744 |
| Outros                 | 157    | 129    |
|                        | 95,364 | 46,289 |

O saldo da rubrica “Taxa ASF” refere-se ao cálculo da taxa 0,048% sobre as contribuições efetuadas em 2025 e 2024 para os Fundos de Pensões abertos e Fundos de Pensões das Seguradoras, geridos pela Sociedade (Nota 3.10).

Em 2025, existe um aumento significativo das taxa das ASF decorrente do aumento das subscrições do Caixa Reforma Rendimento.

## 21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E SUPOSTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|  | 2025    | 2024    |
|--|---------|---------|
| Juros e rendimentos similares obtidos    |         |         |
| Juros obtidos                            |         |         |
| Depósitos em instituições de crédito     | 134,821 | 262,784 |
|  | 134,821 | 262,784 |
| Juros e rendimentos similares suportados |         |         |
| Juros suportados                         |         |         |
| Outros                                   | -       | -       |
|  | -       | -       |
|  | 134,821 | 262,784 |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Juros obtidos” diz respeito à remuneração dos depósitos a prazo constituídos pela Sociedade e à remuneração de depósitos à ordem referente ao mês de dezembro.

## 22. PROVISÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da atividade, apresenta a seguinte composição:

|                  | 2025                    |          |           |                         |
|------------------|-------------------------|----------|-----------|-------------------------|
|                  | Saldos em<br>31.12.2024 | Dotações | Reversões | Saldos em<br>31.12.2025 |
| Provisões        |                         |          |           |                         |
| Outras provisões | 91,786                  | -        | (34,980)  | 56,806                  |
|                  | 91,786                  | -        | (34,980)  | 56,806                  |



|                  | 2024                    |          |                 |                         |
|------------------|-------------------------|----------|-----------------|-------------------------|
|                  | Saldos em<br>31.12.2023 | Dotações | Reversões       | Saldos em<br>31.12.2024 |
| Provisões        |                         |          |                 |                         |
| Outras provisões | 107,002                 | -        | (15,215)        | 91,786                  |
|                  | <u>107,002</u>          | <u>-</u> | <u>(15,215)</u> | <u>91,786</u>           |

Em 2025, foram registadas reversões relacionadas com a anulação da provisão constituída em 2019 para cobrir eventuais coimas associadas a inscrições na Segurança Social fora do prazo, no valor de 10.200 euros, e ainda, foi revertida uma parte da provisão anteriormente constituída para contingências fiscais, no valor de 24.780 euros.

Em 2024, foi registada a reversão de parte da provisão constituída para contingências fiscais no valor de 15.215 euros.

### 23. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentam a seguinte composição:

|   | 2025                 | 2024               |
|---|----------------------|--------------------|
| Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Rendimento      | 274,337,094          | 172,048,264        |
| Fundo de Pensões Petrogal                             | 166,139,942          | 181,765,715        |
| Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo       | 121,952,079          | 105,329,161        |
| Fundo de Pensões Galp Energia                         | 97,961,398           | 96,776,071         |
| Fundo de Pensões Credibom                             | 95,838,716           | 99,154,039         |
| Fundo de Pensões Fidelidade                           | 78,374,117           | 30,815,458         |
| Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Moderado        | 72,705,702           | 44,047,050         |
| Fundo de Pensões Aberto Caixa PPR Rendimento Mais     | 38,037,736           | 39,604,238         |
| Fundo de Pensões PIR Fidelidade                       | 28,735,616           | 27,514,062         |
| Fundo de Pensões Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | 23,874,277           | 23,619,077         |
| Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas      | 2,668,423            | 2,796,683          |
| Fundo de Pensões STET                                 | 176,533              | 198,386            |
| Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros   | 134,712              | 142,966            |
| Fundo de Pensões Império Bonança *                    | -                    | 39,085,176         |
| Fundo de Pensões Mundial-Confiança *                  | -                    | 11,972,986         |
|   | <u>1,000,936,344</u> | <u>874,869,331</u> |

\* Fundos extintos no dia 29 de dezembro de 2025

O Fundo SCML é gerido, em co-gestão, pela CGD Pensões – S.G.F.P., S.A., pela Futuro – S.G.F.P., S.A. e pela SGF – S.G.F.P., S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora Líder.

Nos termos de um contrato de adesão coletiva celebrado no Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento, o valor de reembolso ou de transferência (antes da tributação em sede de IRS) de cada unidade de participação que se encontre afeta a contas individuais de participantes e que resulte de contribuições do Associado nos termos previstos do plano, terá no mínimo, que ser igual ao respetivo valor de aquisição (garantia de capital). Se tal não resultar diretamente do valor da unidade de participação na data de reembolso ou da transferência, a Sociedade Gestora deverá complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar a garantia de capital. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor das unidades de participação correspondentes a esta adesão coletiva ascendia a 659.013 euros e 693.887 euros, respetivamente, sendo superior



ao respetivo valor de aquisição. Para além desta situação, a Sociedade Gestora não concedeu qualquer outra garantia de rentabilidade ou capital.

#### 24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi determinado conforme:

|   | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------|-------------|
| Resultado líquido do exercício                      | 968,224     | 892,349     |
| Número médio de ações ordinárias emitidas (Nota 12) | 600,000     | 600,000     |
| Resultado básico por ação                           | <u>1.61</u> | <u>1.49</u> |

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

#### 25. PARTES RELACIONADAS

##### *Identificação dos acionistas*

A empresa é integralmente detida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), com sede na Avenida João XXI, em Lisboa, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na CGD.

##### *Órgãos de Gestão*

Em 2025 e 2024, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

- Ana Cristina Vale Brízido
- José Pedro Gomes Rodrigues
- Paulo Jorge Santos Ribeiro

No exercício de 2025 e 2024, os membros do Conselho de Administração não foram remunerados pela CGD Pensões.

##### *Órgão de Fiscalização*

Em 2025 e 2024, os membros do Conselho Fiscal eram:

- Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro
- Maria Manuel Cruzeiro Seabra da Costa
- Vitor Manuel Sequeira Simões
- Tânia Sofia Luís Mineiro (suplente)

Nos exercícios de 2025 e 2024, o total de remunerações pagas pela CGD Pensões aos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 16.800 euros (Nota 17).

*Sociedade Revisora Oficial de Contas (SROC)*

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC para o exercício de 2025, relativamente à auditoria da Sociedade Gestora, ascenderam a:

| Serviço  | Remuneração Bruta Anual (€) |
|--|-----------------------------|
| Certificação Legal das Contas à sociedade  | 10,763                      |
| Revisão dos elementos de índole financeira e estatística da Sociedade  | 1,956                       |
| Análise do Relatório EOSGR&CI  | 4,305                       |
| Prestação de informação à ASF sobre a PBCFT  | 4,305                       |
| Parecer do ROC sobre a avaliação interna da política de remunerações, previsto no artigo 80º da Norma Regulamentar n.º 6/2024-R, de 20 de agosto, da ASF | 4,920                       |
| Emissão, certificação e parecer previsto no artigo 22º/5 da NR 7/2022-R da ASF de 7 de junho   | 6,125                       |
| Certificação Legal de Contas dos Fundos de Pensões   | 48,585                      |
| Revisão dos elementos de índole financeira e estatística dos Fundos de Pensões   | 13,530                      |
| Total:   | 94,489                      |

Nota: os valores mencionados incluem IVA à taxa legal em vigor

Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

|                                   | Nota    | 2025               |                     |               |                          | Total              |
|-----------------------------------|---------|--------------------|---------------------|---------------|--------------------------|--------------------|
|                                   |         | CGD                | Caixa Gestão Ativos | Caixa Capital | Caixa Banco Investimento |                    |
| <b>Ativo</b>                      |         |                    |                     |               |                          |                    |
| Depósitos à ordem                 | 4       | 1,554,788          | -                   | -             | -                        | 1,554,788          |
| Depósitos a prazo                 | 4       | 7,000,000          | -                   | -             | -                        | 7,000,000          |
| Outros ativos                     | 11      | 21,411             | 14,795              | -             | -                        | 36,206             |
|                                   |         | <u>8,576,199</u>   | <u>14,795</u>       | <u>-</u>      | <u>-</u>                 | <u>8,590,994</u>   |
| <b>Passivo</b>                    |         |                    |                     |               |                          |                    |
| Outros passivos                   | 14 e 15 | (494,833)          | (100,152)           | -             | -                        | (594,985)          |
|                                   |         | <u>(494,833)</u>   | <u>(100,152)</u>    | <u>-</u>      | <u>-</u>                 | <u>(594,985)</u>   |
| <b>Gastos e perdas</b>            |         |                    |                     |               |                          |                    |
| Comissões                         | 16      | (1,523,881)        | (142,197)           | -             | -                        | (1,666,078)        |
| Fornecimentos e serviços externos | 16      | (153,819)          | (301,303)           | -             | -                        | (455,122)          |
| <b>Rendimentos e ganhos</b>       |         |                    |                     |               |                          |                    |
| Juros e rendimentos similares     | 20      | 134,821            | -                   | -             | -                        | 134,821            |
| Comissões                         | 18      | -                  | 36                  | 60            | 8,732                    | 8,828              |
| Outros Serviços                   | 15      | 500                | 37,200              | -             | -                        | 37,700             |
| Cedências                         | 19      | 122,525            | 70,883              | -             | -                        | 193,408            |
|                                   |         | <u>(1,419,854)</u> | <u>(335,381)</u>    | <u>60</u>     | <u>8,732</u>             | <u>(1,746,443)</u> |



|                                   |      | 2024             |                     |               |                          |                    |
|-----------------------------------|------|------------------|---------------------|---------------|--------------------------|--------------------|
|                                   | Nota | CGD              | Caixa Gestão Ativos | Caixa Capital | Caixa Banco Investimento | Total              |
| <b>Ativo</b>                      |      |                  |                     |               |                          |                    |
| Depósitos à ordem                 | 4    | 1,235,493        | -                   | -             | -                        | 1,235,493          |
| Depósitos a prazo                 | 4    | 7,200,000        | -                   | -             | -                        | 7,200,000          |
| Outros ativos                     | 10   | 30,816           | 14,097              | -             | -                        | 44,913             |
|                                   |      | <u>8,466,310</u> | <u>14,097</u>       | <u>-</u>      | <u>-</u>                 | <u>8,480,406</u>   |
| <b>Passivo</b>                    |      |                  |                     |               |                          |                    |
| Outros passivos                   |      | <u>(409,850)</u> | <u>(112,869)</u>    | -             | -                        | <u>(522,719)</u>   |
|                                   |      | <u>(409,850)</u> | <u>(112,869)</u>    | -             | -                        | <u>(522,719)</u>   |
| <b>Gastos e perdas</b>            |      |                  |                     |               |                          |                    |
| Comissões                         | 14   | (1,188,555)      | (141,332)           | -             | -                        | (1,329,887)        |
| Fornecimentos e serviços externos | 15   | (128,954)        | (271,483)           | -             | -                        | (400,437)          |
| <b>Rendimentos e ganhos</b>       |      |                  |                     |               |                          |                    |
| Juros e rendimentos similares     | 20   | 262,784          | -                   | -             | -                        | 262,784            |
| Comissões                         | 14   | -                | 47                  | 60            | 7,917                    | 8,024              |
| Outros Serviços                   |      | 100              | 37,455              | -             | -                        | 37,555             |
| Cedências                         |      | 111,816          | 63,762              | -             | -                        | 175,577            |
|                                   |      | <u>(942,809)</u> | <u>(311,552)</u>    | <u>60</u>     | <u>7,917</u>             | <u>(1,246,384)</u> |

## 26. GESTÃO DE CAPITAL

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade deve dispor, em cada exercício, de uma margem de solvência e de um fundo de garantia que representem certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos, determinados com base no valor e características dos Fundos de Pensões por si geridos. Em 31 de dezembro de 2025, os fundos próprios da Sociedade permitiam cumprir os referidos requisitos.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se conhecem, à data de elaboração deste relatório, eventos com impacto nesta apresentação de contas.



## 12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### 1. Objetivos de Gestão (artigo 38º RJSPE)

O Estado português, através da sua participada Caixa Geral de Depósitos, é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Otimização e robustecimento da oferta de Fundos de Pensões, com foco em adesões individuais;
- Consolidação da incorporação de fatores ESG (sigla em inglês de *Environmental, Social and Corporate Governance*) na gestão de carteiras e no governo corporativo;
- Desenvolvimento das capacidades analíticas e implementação tecnológica em aplicações de suporte ao negócio e de controlo de riscos e controlo de riscos;
- Melhoria contínua de processos internos.

No cumprimento das Práticas de Bom Governo, a CGD Pensões elabora anualmente um plano de atividades e orçamento que corporiza os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais estabelecidos, o qual segue o processo de apresentação e aprovação em vigor no Grupo CGD.

Mensalmente é elaborado um relatório sobre o acompanhamento do orçamento, sendo avaliados os custos de funcionamento e, em caso de desvios face ao orçamento inicialmente estipulado, são solicitados esclarecimentos aos diferentes Órgãos de Estrutura (OE) e a indicação das medidas corretivas a implementar.

Anualmente, a atividade desenvolvida pela CGD Pensões, e o cumprimento dos objetivos são objeto de avaliação integrada no Relatório e Contas.

O acionista promove o acompanhamento mensal da informação prestada pela CGD Pensões, solicitando esclarecimentos sobre o desenvolvimento das diferentes rubricas, quer de produção quer de resultados.

### 2. Divulgação Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

### 3. Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício anterior, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

### 4. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Ver ponto VII.D do relatório do Governo Societário 2025.



## 5. Aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No corrente mandato, não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do Conselho de Administração, sendo reembolsadas eventuais despesas de representação incorridas pelos mesmos.

### Gastos com comunicações móveis

| Membro do CA               | Gastos com comunicações |             |
|----------------------------|-------------------------|-------------|
|                            | Plafond Mensal Definido | Valor anual |
| ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO  | 120                     | n.d.        |
| JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES | 120                     | n.d.        |
| PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO | 120                     | n.d.        |

n.d. - não disponível

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

### Gastos anuais associados a viaturas

| Membro do Órgão de Administração | Gastos associados a viaturas |           |       |
|----------------------------------|------------------------------|-----------|-------|
|                                  | Combustível                  | Portagens | Total |
| ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO        | 84                           | 128       | 212   |
| JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES       | 31                           | 51        | 82    |
| PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO       | 332                          | 217       | 549   |

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

### Encargos com viaturas

| Membro do Órgão de Administração | Encargos anuais com Viaturas |                        |                                |            |                       |                       |                        |
|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------------------------|------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
|                                  | Viatura atribuída            | Celebração de contrato | Valor de referência da viatura | Modalidade | Ano de início / termo | Valor de renda mensal | Gasto anual com rendas |
| ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO        | S                            | S                      | n.d.                           | Renting    | 2024/2029             | 863                   | 10,349                 |
| JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES       | S                            | S                      | n.d.                           | Renting    | 2024/2029             | 859                   | 10,301                 |
| PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO       | S                            | S                      | n.d.                           | Renting    | 2024/2029             | 862                   | 10,333                 |

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

## 6. Despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

## 7. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O documento pode ser consultado no sítio institucional da Caixa Geral de Depósitos em:

[https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Praticas-de-Bom-Governo/Documents/RCRHM\\_2024.pdf](https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Praticas-de-Bom-Governo/Documents/RCRHM_2024.pdf)



## 8. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Sociedade dispõe de uma Política corporativa de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que constitui um instrumento de sistematização das medidas de prevenção e combate às diversas formas que a corrupção pode assumir, vincando os princípios de atuação, consagrando os deveres de conduta profissional preventivos e repressivos nesta matéria e instituindo medidas de prevenção e os respetivos responsáveis e princípios aplicáveis à monitorização, avaliação e atualização da própria Política.

## 9. Normas de Contratação Pública

A CGD Pensões pauta a sua conduta no mercado pela observância dos objetivos e dos princípios de legalidade e de ética empresarial fixada para o regime do setor empresarial do Estado estabelecido pelo Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a saber, entre outros:

- Transparência;
- Responsabilidade social;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade no tratamento de todos os seus Clientes e fornecedores;
- Promoção da igualdade e da não discriminação.

No âmbito da aquisição de bens e serviços, a CGD Pensões adota procedimentos que têm subjacentes princípios económicos e de racionalidade de gestão. A seleção dos fornecedores, sempre que possível, tem em consideração o seu relacionamento com a CGD e resulta da análise comparativa das diferentes propostas recolhidas junto de diversos fornecedores, sendo que os respetivos contratos são formalizados por via de troca de correspondência ou através de um contrato formal.

A realização de despesas, por seu turno, tem subjacente um processo de autorização que decorre do regime de competências por normativos internos.

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

## 10. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Caixa Serviços Partilhados, ACE (CSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes dos procedimentos corporativos seguidos na aquisição de bens e serviços estão consignados em normativos específicos, que foram transpostos para a Sociedade, estando orientados para o cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas de *Procurement*.

## 11. Parque de Veículos

Salienta-se o esforço no processo de conversão da frota própria, passando de veículos a gasóleo para veículos híbridos ou elétricos.



Neste sentido, continuam a ser adotadas medidas de gestão centralizada e de otimização dos processos relacionados com a aquisição, afetação e utilização de viaturas de serviço.

## 12. Medidas de redução dos gastos operacionais, do número de efetivos e de cargos dirigentes

Com o Plano Estratégico 2023-2025 manteve-se uma estratégia em matéria de custos com pessoal focada na retenção e atração de talento através de mais formação e maior premiação, e em matéria de gastos gerais administrativos na habilitação da transformação para superar a pressão inflacionista.

## 13. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

## 14. Quadro de informação publicada no site da Sociedade, [www.cgdpensoes.pt](http://www.cgdpensoes.pt), à data de 31 de dezembro de 2025

| Informação a constar no site da Sociedade  | Divulgação |                  |
|--|------------|------------------|
|  | S/N/N.A.   | Data Atualização |
| Estatutos  | S          | agosto 2018      |
| Caraterização da Empresa   | S          | abril 2025       |
| Função de tutela e acionista   | S          | abril 2023       |
| Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais   |            |                  |
| * Identificação dos Órgãos Sociais   | S          | maio 2025        |
| * Estatuto Remuneratório Fixado  | S          | dezembro 2023    |
| * Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais                             | S          | maio 2025        |
| * Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração | S          | maio 2025        |
| * Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais                  |            | maio 2025        |
| Informação Financeira histórica e atual  | S          | março 2024       |
| Princípios de Bom Governo  |            |                  |
| * Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita                          | S          | maio 2025        |
| * Transações relevantes com entidades relacionadas                                       | S          | julho 2024       |
| * Outras transações  | S          | abril 2024       |
| * Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:                                   |            |                  |
| - Económico  | S          | maio 2025        |
| - Social   | S          | maio 2025        |
| - Ambiental  | S          | maio 2025        |
| * Código de Ética e de Conduta   | S          | abril 2024       |
| * Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo                                 | S          | maio 2025        |



## APÊNDICE 1

As informações relativas às remunerações e outros gastos com os Órgãos Sociais encontram-se registadas no Relatório do Governo Societário 2025, no capítulo “VII. Remunerações”.

## APÊNDICE 2 – Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

| Cumprimento das obrigações legais 2025                     | Cumprimento |   |      | Justificação/referência ao ponto do relatório |
|--|-------------|---|------|---|
|  | S           | N | n.a. |   |
| Objetivos de Gestão  | X           |   |      | Ponto 1.                                      |
| Evolução do PMP a fornecedores                             | X           |   |      | Ponto 2.                                      |
| Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")          |             |   | X    | Ponto 2.                                      |
| Recomendação do acionista na última aprovação de contas    |             |   | X    | Ponto 3.                                      |
| Utilização cartões de crédito (n.º 1 do artigo 32º do EGP) | X           |   |      | Ponto 5.                                      |
| Reembolso de despesas de representação pessoal             | X           |   |      | Ponto 5.                                      |
| Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa   |             |   | X    | Ponto 9.                                      |
| Contratos submetidos a visto prévio do TdC                 |             |   | X    | Ponto 10.                                     |
| Auditorias do Tribunal de Contas                           |             |   | X    | Ponto 13.                                     |
| Parque Automóvel   | X           |   |      | Ponto 11.                                     |
| Nº trabalhadores   | X           |   |      | Ponto 12.                                     |
| Nº cargos dirigentes                                       | X           |   |      | Ponto 12.                                     |

*n.a. – não aplicável*



### **13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9.944.416 euros e um total de capital próprio de 8.618.522 euros, incluindo um resultado líquido de 968.224 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Shape the future  
with confidence

CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2025

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa , 3 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

O Revisor Oficial de Contas Orientador:

António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com o n.º 20161271

Sílvia Caldeira Martins Barreto - ROC n.º 1450  
Registado na CMVM com o n.º 20161060

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre a Prestação de Contas

### Exercício de 2025

Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho Fiscal (CF) emitir o relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de Gestão do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“CGD Pensões”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A fiscalização da CGD Pensões compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto no n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos da CGD Pensões.

No âmbito das competências de fiscalização atribuídas ao CF pela Lei e Estatutos, e tendo em consideração o modelo de governação seguido pela CGD Pensões, o CF procedeu ao acompanhamento da Administração, da Gestão e dos resultados CGD Pensões, destacando-se relativamente ao exercício de 2025:

- a) O Conselho Fiscal continuou a sua participação em reuniões do Conselho de Administração indo ao encontro da recomendação da Comissão de Auditoria tendo participado em 4 reuniões realizadas em 28 de fevereiro de 2025, 24 de abril de 2025, 24 de julho de 2025 e 31 de outubro de 2025;
- b) O Conselho Fiscal participou em 1 reunião de balanço de atividade, com a Comissão de Auditoria da CGD realizada a 21 de março de 2025;
- c) A promoção e realização de reuniões com a equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pelos trabalhos de auditoria, e com os responsáveis da CGD Pensões, nomeadamente, a Administradora Executiva, Dra. Cristina Brízido, a Contabilista Certificada, a responsável pela Direção de Supervisão e Compliance e com o novo responsável pela função de auditoria interna;
- d) A análise do Relatório e Contas de 2025, da Certificação Legal de Contas de 2025 e do Relatório do Governo Societário de 2025, sobre o qual emitimos parecer em 9 de fevereiro de 2026;
- e) A consulta de diversa documentação, legislação e regulamentos aplicáveis à sociedade.



Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal efetuou sete reuniões, tendo os seus membros efetivos estado presentes em todas elas. Dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes:

- a) Emissão, em 7 de fevereiro de 2025 do parecer sobre o relatório de governo societário de 2024;
- b) Emissão, em 25 de fevereiro de 2025 do parecer do CF sobre o Plano de Atividades e Orçamento de 2025-2027 da CGD Pensões;
- c) Emissão a 14 de abril de 2025 do relatório e parecer do CF sobre o relatório e prestação de contas do exercício de 2024 da CGD Pensões;
- d) Emissão em 21 de abril, em 17 de junho e em 15 de setembro de 2025 dos pareceres do CF sobre a proposta de autorização agregada no contexto da política de transações com partes relacionadas da CGD Pensões;
- e) Emissão em 24 de junho de 2025 do parecer do CF sobre a revisão e atualização das Políticas de Transações com Partes Relacionadas da CGD Pensões;
- f) Emissão em 3 de julho e em 22 de setembro de 2025 dos Pareceres do CF sobre o Regulamento da Função de Auditoria Interna da CGD Pensões e sua revisão e atualização respetivamente;
- g) Emissão em 27 de agosto de 2025 do Parecer do CF sobre Proposta de transações com partes relacionadas da CGD Pensões;
- h) Emissão em 9 de setembro de 2025 do Parecer do CF sobre Transações com Partes Relacionadas com a EY (2º Aditamento ao Contrato);
- i) Emissão a 9 de dezembro de 2025 do parecer do CF sobre o regulamento da função de controlo de cumprimento do normativo de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo (PBC/CFT);

Notas sobre o Relatório do Governo Societário 2025

O Conselho Fiscal analisou e deu parecer favorável ao Relatório do Governo Societário elaborado pelo Conselho de Administração da CGD Pensões, para efeitos do art.º 54 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, constatando que o mesmo estava estruturado de acordo com as regras internas definidas pelo Grupo CGD, em particular com o manual emitido para o efeito pela UTAM, sendo ainda de destacar o cumprimento das boas práticas de governo por parte da entidade e uma efetiva segregação das funções de administração e fiscalização societárias.



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do bom grau de cumprimento de todas as orientações legais, conforme destacado pelo Conselho de Administração no seu Relatório do Governo Societário.

Notas sobre o Relatório e Contas 2025

A CGD Pensões apresentou um resultado líquido positivo de 968.224 €, registando uma variação positiva de 8,5% face a 2024, sendo de destacar o seguinte quanto à evolução da atividade, resultados e balanço durante o exercício de 2025:

- a) O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de dezembro de 2025, ascendia a cerca de 1.001 milhões de euros, representando um aumento de 14,4%, face ao valor gerido no final do ano anterior.
- b) No final de 2025, a Sociedade geria 9 Fundos de Fechados, 3 Fundos de Pensões Abertos e um Fundo PPR. Para além das adesões individuais celebradas nos Fundos de Pensões Abertos, encontravam-se ainda sob gestão um total de 32 adesões coletivas.
- c) Os serviços prestados (i.e., comissões, consultoria, etc.) resultantes da atividade desenvolvida pela CGD Pensões totalizaram 3.929 milhares de euros, o que representou um aumento de 20,5% relativamente ao ano anterior;
- d) O total do Ativo representou 9,9 M€ aumentou cerca de 3,1% face a 31 de dezembro de 2024.
- e) O total do Capital Próprio aumentou 0,9% assumindo o valor de 8.618,522 €.
- f) O total do Passivo aumentou 20,3% para 1.325.894 €.

O Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras da CGD Pensões cumprem e satisfazem as normas legais e contabilísticas aplicáveis e refletem a posição financeira e da atividade desenvolvida pela CGD Pensões no exercício de 2025.

**PARECER**

Com base na informação obtida e no trabalho efetuado, e tendo presente os aspetos descritos acima, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz e cumprem os requisitos legais aplicáveis;
- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 satisfazem e cumprem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados da CGD Pensões;

**CONSELHO FISCAL**

- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- d) A Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2025, emitida sem reservas e sem ênfases pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, merece a nossa concordância.

pelo que recomendam a aprovação do relatório e contas de 2025 da CGD Pensões, pelo acionista.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis e demais colaboradores das diferentes Direções da CGD Pensões e à equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por toda a colaboração prestada.

Lisboa 4 de março de 2026

---

Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro

**Presidente**



---

Maria Manuel Seabra da Costa

**Vogal**

---

Vitor Manuel Sequeira Simões

**Vogal**